



TRIBUNAL DE RECURSO
CÂMARA DE CONTAS

RELATÓRIO N. 01/AEO/2017/CC

**ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTAL
DO PRIMEIRO ATÉ AO TERCEIRO TRIMESTRE DE 2016**

Processo N.º 03/FO/2016/CC

CÂMARA DE CONTAS

DÍLI, ABRIL DE 2018



TRIBUNAL DE RECURSO
CAMARA DE CONTAS

Índice Geral

Índice Geral	2
Índice de Tabelas	3
Relação de Siglas e Abreviaturas	4
Ficha Técnica	5
I. INTRODUÇÃO	6
1.1 Considerações Gerais	6
1.2 Metodologia	7
1.3 Enquadramento Legal	7
1.4 Princípio do Contraditório	8
II. APRESENTAÇÃO DO RELATÓRIO TRIMESTRAL À CÂMARA DE CONTAS	8
III. RELATÓRIO DE ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DO PRIMEIRO AO TERCEIRO TRIMESTRE DE 2016	8
3.1 Receita	9
3.1.1 Receita Doméstica	10
3.1.1.1 Receita Fiscal	10
3.1.1.2 Receita não Fiscal	12
3.1.2 Receita de Capital	14
3.2 Despesa	15
3.2.1 Do Fundo Consolidado de Timor-Leste – FCTL	15
3.2.1.1 Despesas do FCTL por Categoria Económica	15
3.2.1.2 Despesas do FCTL por Categoria Orgânica	18
3.2.1.3 Despesas do Fundo das Infra-estruturas incluído no FCTL	20
3.2.2 Do Fundo de Desenvolvimento do Capital Humano – FDCH	24
3.3 Tesouraria	26
3.3.1. Adiantamentos de Dinheiro	27
3.4 Receita e Despesa Global	27
3.4.1 Perímetro da Consolidação da Conta	27
3.4.2 Receita vs Despesa	28
3.4.3 Serviços e Fundos Autónomos, incluindo o FI	32
IV. CONCLUSÕES	37



TRIBUNAL DE RECURSO
CAMARA DE CONTAS

V. RECOMENDAÇÕES	39
VI. DECISÃO	40
VII. ANEXOS.....	41

Índice de Tabelas

Tabela 1 – Receita prevista vs. Executada	9
Tabela 2 – Despesa global do FCTL - categoria económica	16
Tabela 3 – Despesa do FCTL- Categoria orgânica, serviços simples	19
Tabela 4 – Despesa do FI – por Programa.....	21
Tabela 5 – Despesa do FDCH – por Programa	25
Tabela 6 – Adiantamentos de dinheiro – FCTL e FDCH.....	27
Tabela 7 – Receita e despesa global – categoria económica até ao 1T	28
Tabela 8 – Receita e despesa global – categoria económica até ao 2T	30
Tabela 9 – Receita e despesa global – categoria económica até ao 3T	31
Tabela 10 – Receita vs Despesa - instituições auto financiadas até ao Primeiro trimestre	32
Tabela 11 – Receita vs Despesa - instituições auto financiadas do Primeiro ao Segundo trimestre ...	34
Tabela 12 – Receita vs Despesa - instituições auto financiadas do Primeiro ao Terceiro trimestre	35



TRIBUNAL DE RECURSO
CAMARA DE CONTAS

Relação de Siglas e Abreviaturas

Siglas e Abreviaturas	Designação
1º T	Primeiro Trimestre
ADB	Asian Development Bank
AEI	Agência Especializada de Investimento
ANATL	Administração de Aeroportos e Navegação Aérea de Timor-Leste
ANC	Autoridade Reguladora das Comunicações
AMRT	Arquivo e Museu de Resistência Timorense
APORTIL	Administração Portuária de Timor-Leste
art.	Artigo
CAC	Comissão Anti-Corrupção
CFP	Comissão da Função Pública
CI	Conselho de Imprensa
CNE	Comissão Nacional de Eleições
CNR	Centro Nacional de Reabilitação
DO	Dotações Orçamentais
EDTL	Electricidade de Timor-Leste
FCTL	Fundo Consolidado de Timor-Leste
FDCH	Fundo de Desenvolvimento de Capital Humano
FI	Fundo de Infra-estruturas
FP	Fundo Petrolífero
FSA	Fundos e Serviços Autónomos
GFM	Council for Definitive Delimitation Of Maritime Boundaries
GPM	Gabinete do Primeiro Ministro
HNGV	Hospital Nacional Guido valadares
IADE	Instituto de Apoio ao Desenvolvimento Empresarial
IDN	Instituto da Defesa Nacional
IGE	Instituto de Gestão de Equipamentos
INAP	Instituto Nacional da Administração Pública
INS	Instituto Nacional de Saúde
JICA	Japan International Cooperation Agency
LOCC	Lei Organica da Câmara de Contas
LOGF	Lei do Orçamento e Gestão Financeira
MDG	Milenium Development Goals
MF	Ministério das Finanças
N.º	Número
OGE	Orçamento Geral do Estado
PCIC	Polícia Científica de Investigação Criminal
PGR	Procuradoria Geral da República
PN	Parlamento Nacional
PR	Presidência da República
Ref.ª	Referência
RTTL	Rádio e Televisão de Timor-Leste
SAMES	Serviço Autónomo de Medicamentos e Equipamentos Médicos
SNI	Serviço Nacional de Inteligência
SIGF	Sistema Informático de Gestão Financeira
UNTL	Universidade Nacional de Timor Lorosae
USD	Dólares dos Estados Unidos
vs	Versus
ZEESM	Zona Especial Económica Social de Mercado



**TRIBUNAL DE RECURSO
CAMARA DE CONTAS**

Ficha Técnica

Juiz relator

Deolindo dos Santos

Auditores

Armino Barreto

Cornélio da Cruz

Edígia Martins

Eduardo Leitão

Graciano Oliveira

Jaime dos Santos

José Gouveia Lopes

Sandrine Santos

Verónica dos Santos



TRIBUNAL DE RECURSO
CAMARA DE CONTAS

I. INTRODUÇÃO

1.1 Considerações Gerais

A transparência das contas públicas revela-se como um dos princípios fundamentais a respeitar na execução do Orçamento do Estado através da publicação periódica dos relatórios e contas produzidos pelas entidades públicas em geral e o Ministério das Finanças em particular.

O documento que ora se apresenta, em sede de acompanhamento da execução orçamental incide sobre o **Relatório de Execução Orçamental até ao Primeiro Trimestre de 2016, o Relatório de Execução Orçamental até ao Segundo Trimestre de 2016 e o Relatório de Execução Orçamental até ao Terceiro Trimestre de 2016** que englobam as receitas cobradas, as despesas realizadas, as verbas comprometidas e o saldo a executar nos trimestres subsequentes pelos serviços da administração central do Estado e pelo Fundo Especial FDCH que compõem a Conta Geral do Estado de Timor-Leste. Deve-se ter em consideração que os valores apresentados no referido relatório são provisórios e não foram objeto de auditoria por parte deste Tribunal.

Através de Ofício n.º TR/Ccontas/2017/329, de 31 de Outubro, o Relato foi submetido ao contraditório dos responsáveis nos termos do art.º 11º da Lei acima referida, que estabelece: *“Nos casos sujeitos à sua apreciação, a Câmara de Contas ouve os responsáveis individuais dos serviços, organismos e demais entidades interessadas sujeitos aos seus poderes de jurisdição e controlo financeiro. (...). As alegações, respostas ou observações dos responsáveis são referidas e sintetizadas ou transcritas nos documentos em que sejam comentadas ou nos actos que os julguem ou sancionem.”*

A elaboração dos relatórios intercalares de acompanhamento da execução orçamental de 2016 encontra-se prevista no Plano de Ação Anual (PAA) da Câmara de Contas para o ano de 2016, aprovado a 1 de Março através da Deliberação n.º 1/2016 bem como no PAA de 2017 relativamente ao relatório referente ao terceiro trimestre de 2016. Devido à dificuldade enfrentada pela CC em produzir os três Relatórios intercalares em tempo útil, e no cumprimento dos preceitos constitucionais e legais, segue um único **Relatório de Acompanhamento da Execução Orçamental do Primeiro até ao Terceiro Trimestre de 2016**.



TRIBUNAL DE RECURSO
CAMARA DE CONTAS

1.2 Metodologia

A metodologia utilizada para a elaboração do presente Relatório de acompanhamento prende-se essencialmente com a *análise numérica das declarações financeiras da execução orçamental*, o que inclui a análise das receitas e das despesas do Fundo Consolidado bem como a análise da informação de receita e despesa dos Fundos e Serviços autónomos, incluindo do Fundo das Infra-estruturas e do Fundo de Desenvolvimento do Capital Humano. Sempre que possível a análise efetuada teve em consideração o cruzamento de dados do *Free-balance* e do Portal da Transparência, a LOGF, Lei do Orçamento Geral do Estado (OGE) para 2016 e o respetivo Decreto do Governo que regula a sua execução.

1.3 Enquadramento Legal

Nos termos da Constituição da República Democrática de Timor-Leste, doravante designada por Constituição, compete ao Tribunal Superior Administrativo, Fiscal e de Contas, como instância única, “a fiscalização da legalidade das despesas públicas e o julgamento das contas do Estado” (n.º 3 do artigo 129º).

A norma do n.º 3 do artigo 145º da Constituição prevê que “a execução do Orçamento é fiscalizada pelo Tribunal Superior Administrativo, Fiscal e de Contas e pelo Parlamento Nacional”. Até à instalação e entrada em funcionamento do Tribunal Superior Administrativo, Fiscal e de Contas, as funções atribuídas por aquela lei à Câmara de Contas são exercidas pelo Tribunal do Recurso (n.º 1 do artigo 84º da Lei n.º 9/2011) que é a mais alta instância judicial no País.

Nos termos conjugados das alíneas d) e e) do n.º 3 do artigo 95º da Constituição compete ao Parlamento Nacional “fiscalizar a execução orçamental do Estado” e “deliberar sobre o Plano e o Orçamento do Estado e o respetivo relatório de execução”.

Ao abrigo do artigo 28º da Lei Orgânica da Câmara de Contas (LOCC) que estabelece a competência, a organização e o funcionamento da Câmara de Contas do Tribunal Superior Administrativo, Fiscal e de Contas – Lei n.º 9/2011, de 17 de Agosto, compete à Câmara de Contas exercer a **Fiscalização Orçamental**. Assim, segundo o n.º 1 do referido artigo, “a Câmara de Contas fiscaliza a execução do Orçamento do Estado, para o que pode solicitar a quaisquer entidades, públicas ou privadas, as informações necessárias” durante e/ou após da execução do orçamento.



**TRIBUNAL DE RECURSO
CAMARA DE CONTAS**

1.4 Princípio do Contraditório

O Relato inicialmente elaborado foi submetido ao contraditório do Ministro do Plano e Finanças para num prazo de 20 dias se pronunciar, tendo o Ministro por sua vez respondido às conclusões tecidas por via de ofício ref. 75/VII/GM-MPF/2017-11, de 22 de Novembro e que se anexa ao presente Relatório bem como refletidas as respostas nos pontos a que referem.

II. APRESENTAÇÃO DO RELATÓRIO TRIMESTRAL À CÂMARA DE CONTAS

Cabe ao Ministério das Finanças, à luz da LOGF a produção dos Relatórios de Execução Orçamental intercalares em respeito ao artigo art. 11 da Lei n. 13/2009, de 21 de Outubro – LOGF.

O artigo 87º da LOCC, (que altera os artigos 42º, 44º e 45º da Lei n.º 13/2009, de 21 de Outubro, Lei do Orçamento e Gestão Financeira - LOGF) estabelece na sua nova redação do n.º 1 do artigo 44º da LOGF, que “O governo apresenta ao Parlamento Nacional e à Câmara de Contas do Tribunal Superior Administrativo, Fiscal e de Contas, relatórios sobre a evolução do orçamento respeitante aos primeiros três, seis e nove meses de cada ano financeiro”. Segundo o n.º 2 do mesmo artigo, dada pela redação inicial da LOGF, “o prazo para a entrega dos relatórios referidos no número anterior é de dois meses após o final do período coberto pelos relatórios” tendo os mesmos sido remetidos à câmara de Contas dentro dos prazos referidos.

III. RELATÓRIO DE ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DO PRIMEIRO AO TERCEIRO TRIMESTRE DE 2016

O Orçamento Geral do Estado para o ano de 2016 foi aprovado pela Lei n.º 1/2016, de 14 de Janeiro e substituído pelo Orçamento Retificativo, Lei nº10/2016, de 10 de agosto. A Lei n.º 13/2009, de 21 de Outubro, por sua vez, define o regime jurídico sobre o Orçamento e Gestão Financeira, que inclui os princípios, as regras e os procedimentos aplicáveis à elaboração do orçamento e à sua execução.

De acordo com o Decreto de Execução do Orçamento Geral do Estado em que se definem as regras e procedimentos para garantir o efetivo e rigoroso controlo orçamental (Decreto do Governo n.º 1/2016, de 7 de Fevereiro), artigo 5º, os Avisos de Autorização de Despesas para o ano de 2016 são automaticamente atualizados no Sistema Informático de Gestão Financeira (SIGF).



TRIBUNAL DE RECURSO
CAMARA DE CONTAS

Salienta-se o facto de que apesar do OGE retificativo ter sido aprovado em Agosto, o *Relatório de Execução Orçamental até ao Terceiro Trimestre de 2016* não apresenta as cobranças efetuadas até Setembro contra os valores constantes do Orçamento retificado. Assim sendo, o presente Relatório apresenta toda a informação de receita e despesa do primeiro ao segundo trimestre face ao OGE inicial, e até ao terceiro trimestre face ao Orçamento retificativo.

3.1 Receita

A Lei do Orçamento Geral do Estado para 2016, estabelece o total estimado das receitas do Estado de Janeiro a Dezembro do ano de 2016 “o total de receitas por agrupamentos, incluindo as receitas próprias dos Serviços e Fundos Autónomos (FSA), dos Fundos Especiais e Empréstimo (...)”, conforme o disposto na norma da alínea a) do artigo 2º da citada Lei. O total da receita prevista no OGE inicial do ano de 2016, exceto de empréstimos foi de 1.455.235 milhares de USD ao qual sofreu um aumento de 26,8% no OGE retificativo atingindo os 1.845.935, milhares de USD.

A tabela que segue evidencia o panorama geral da receita arrecadada de Janeiro a Março, de Janeiro a Junho e de Janeiro a Setembro de 2016, exceto a receita proveniente de verbas de empréstimos:

Tabela 1 – Receita prevista vs. Executada

USD'000										
Receita	Orçamento Inicial	Orçamento Retificativo	Execução 1 T 2016	% execução 1º T 2016	Execução 2 T 2016	% execução 2º T 2016	Execução 3 T 2016	% execução 3º T 2016	Execução 3 T 2015	% Variação 3 T 2016/2015
1. Receitas domésticas (2+3)	171,417	171,417	39,643	23%	92,216	54%	136,868	80%	108,220	26%
2. Receitas fiscais	116,402	116,402	27,687	24%	65,053	56%	95,824	82%	70,211	36%
3. Receitas não fiscais	55,015	55,015	11,956	22%	27,163	49%	41,044	75%	38,009	8%
4. Receitas de Capital a partir do Fundo de Petróleo	1,283,818	1,674,518	100,000	8%	440,000	34%	644,800	39%	638,500	1%
5. Total de receitas do orçamento do Estado (1+4)	1,455,235	1,845,935	139,643	10%	532,217	37%	781,668	42%	746,720	5%

Fonte: Relatório Execução Orçamental 1º, 2º e 3º T 2016 e 2015, OE 2016

Obs: As taxas de execução do primeiro e do segundo trimestre foram calculadas face ao OGE inicial e do terceiro trimestre face ao OGE retificativo

Observa-se que a taxa de execução da receita, exceto empréstimos, foi de 42% ao final do terceiro trimestre, e não os 54% apresentados no Relatório de Execução Orçamental até ao Terceiro Trimestre de 2016.

Em sede de contraditório, o Ministro do Plano e Finanças, de entre outras respostas, referiu *que tendo como base o Orçamento Geral do Estado inicial de 2016 a taxa de execução da Receita foi de 54%. No momento em que os Crystal Reports foram extraídos, no final do terceiro trimestre, para preparação dos relatórios de execução orçamental, os dados do Orçamento Retificativo não tinham ainda sido atualizados resultando, dessa forma, nas diferenças reportadas pela Câmara de Contas.*



TRIBUNAL DE RECURSO
CAMARA DE CONTAS

3.1.1 Receita Doméstica

Constituem *Receitas Domésticas* as receitas relativas a cobranças de impostos, taxas, multas, vendas, entre outras receitas arrecadadas. As referidas receitas englobam ainda as provenientes das cobranças de algumas *Instituições Autónomas (FSA)*. Em suma, as *Receitas Domésticas* são classificadas em *Receitas Fiscais* e *Receitas não Fiscais*.

Regista-se que persistiu um crescimento consistente das receitas domésticas ao longo dos três trimestres atingindo taxas de execução de 23%, 54% e 80% (no 1º, 2º e 3º Trimestre, respetivamente).

Até ao final do terceiro trimestre de 2016 a *Receita Doméstica* total atingiu o valor de 136.868 milhares sendo este valor 20% a mais do arrecadado no mesmo período homólogo de 2015.

O total das receitas domésticas do primeiro trimestre cobre 15,5% do total das despesas (255.485 milhares de USD) realizadas do mesmo período pelo Fundo Consolidado de Timor-Leste (FCTL) e pelo Fundo Especial. Os restantes 84,5% de despesas efetuadas foram suportados com recurso ao Fundo Petrolífero e ao saldo existente em conta proveniente do ano anterior.

3.1.1.1 Receita Fiscal

As receitas fiscais previstas para o ano de 2016 foram inferiores às previstas para o ano de 2015 (que passou de uma previsão de 125.542 para 116.402 milhares de USD de 2015 a 2016, respetivamente). A redução na previsão das receitas fiscais deveu-se sobretudo à diminuição da receita da rubrica de impostos sobre mercadorias (sobre o consumo e sobre a importação). Porém esta redução foi parcialmente compensada com uma estimativa otimista da rubrica de outros impostos (sobretudo da sub-rubrica de imposto especial de consumo). Apesar da redução a que se propôs a previsão das receitas fiscais no OGE de 2016 face ao de 2015 (na ronda dos 7%), a sua cobrança em 2016 foi melhor nos três primeiros trimestres de 2016 do que no mesmo período de 2015. Importa acrescentar que entre Janeiro e Setembro, não houve lugar a alteração das rubricas individuais estimadas de receitas fiscais.

Receita Fiscal até ao final do Primeiro Trimestre

As receitas fiscais arrecadadas até ao primeiro trimestre de 2016, no valor de 27.687 milhares de USD, se situou no mesmo patamar do evidenciado no trimestre homólogo de 2015 (23.250 milhares de USD).



TRIBUNAL DE RECURSO
CAMARA DE CONTAS

Da análise da *Declaração 1 – Resumo de Receitas* do Relatório de Execução Orçamental dos relatórios intercalares submetidos verifica-se que a receita da sub-rubrica *Imposto sobre Empregados do Governo e a relativa ao imposto especial de retenção* apresentaram baixas taxas de execução, enquanto a cobrança relativa a sub-rubrica de *imposto de outros empregados* atingiu os 97% até Março de 2016. A receita fiscal de maior peso no trimestre em análise deve-se aos *impostos sobre o consumo*.

A maior receita fiscal arrecadada no período é a relativa aos *impostos sobre o consumo* com um total de 10.633 milhares de USD face aos 7.117 milhares de USD arrecadados no mesmo período de 2015.

Receita Fiscal até ao final do Segundo Trimestre

Durante o 2.º Trimestre de 2015, o total da receita fiscal arrecadada havia sido de 45.564 milhares de USD. No entanto, no mesmo período de 2016 o total da receita Fiscal arrecadada foi de 65.053 milhares de USD (tendo aumentado cerca de 37.366 milhares de USD face ao primeiro trimestre de 2016, ou seja, valor total arrecadado entre Abril e Junho de 2016). A taxa de execução se situou nos 56%.

Importa realçar que as receitas de maior peso no trimestre foram as respeitantes ao imposto sobre o consumo (21.298 milhares de USD), imposto corporativo (10.521 milhares de USD) e imposto especial de retenção (11.033 milhares de USD) que apresentaram valores muito superiores aos realizados no mesmo período de 2015. A execução da receita de imposto corporativo ultrapassou largamente a previsão já no segundo trimestre atingindo uma taxa de execução de 135% estando muito além do verificado no mesmo período de 2015 (5.541 milhares de USD apenas), sendo que não se faz referência no Relatório dos motivos da cobrança muito superior ao estimado para o ano de 2016.

Entretanto, em sede de contraditório, o Ministro do Plano e Finanças, referiu que aquele facto *está relacionado com um evento único em Junho de 2016, quando um único contribuinte pagou imposto de rendimento empresarial e penalidades no valor de \$ 4.3 milhões de dólares. Face ao exposto, esta situação encontra-se justificada.*

As receitas registadas da sub-rubrica de outros empregados atingiram uma taxa de execução de 189%, à semelhança do que se vem verificando nos anos transatos.

A nível geral, 8 das 9 sub-rubricas de receita fiscal apresentaram valores realizados muito superiores ao verificado no mesmo período do ano de 2015.



TRIBUNAL DE RECURSO
CAMARA DE CONTAS

Receita Fiscal até ao final do Terceiro Trimestre

Observa-se da tabela 1 que as receitas fiscais arrecadadas até o terceiro trimestre de 2016 foram de 95.824 milhares de USD o que perfaz uma taxa de execução de 82% no período, situando-se largamente superior ao verificado em 2015 de 56% apenas (o que representa um aumento de 36% nos mesmos períodos de 2016 face a 2015). A boa performance em 2016 deve-se sobretudo a cobrança das receitas de imposto sobre o consumo, imposto corporativo e imposto especial de retenção, sendo que estes dois últimos apresentaram valores duas vezes superiores aos realizados no mesmo período de 2015. Importa acrescentar que a taxa de execução do imposto corporativo foi de 154%, ou seja, muito acima do limite anual esperado ao passo que relativamente ao imposto sobre o consumo o valor cobrado no período homólogo de 2015 foi de 23.063 milhares de USD face aos 31.283 milhares de USD no período em análise conseguidos sobretudo pela receita arrecada em Junho como atrás se referiu em sede de contraditório.

Outra receita que atingiu execução muito acima do previsto foi a de impostos de outros empregados que atingiu os 6.265 milhares de USD face aos 2.076 milhares estimados (taxa de execução elevada de 302%).

Foi referido em sede de contraditório, que em 2015 após discussão entre a DN Orçamento, Unidade-IFMIS e a Unidade da Política Económica da DGSF e a DG Tesouro, ficou decidido que cada Line Item 5100 Empregados do Governo seria utilizado para o imposto de rendimento dos funcionários do Governo, incluindo contratados e pessoal temporário, ou seja, cobrança de impostos em que nenhum dinheiro seria transferido entre a execução do Orçamento do Governo a nível da folha de salários / bens & serviços e Receitas Governamentais e o registo seria via Book Entry. De forma similar, nas situações em que impostos retidos aos funcionários do setor privado, depositados na conta designada do BNU, com o código do BNU de 5101 e transferidas para o Banco Central de Timor-Leste (BCTL), serão classificados como "Outros Empregados".

Registam-se assim, medidas tomadas no sentido de evitar as situações referidas porém, ainda sem resultado.

3.1.1.2 Receita não Fiscal

As Receitas não Fiscais previstas para 2016, com exceção das relativas às instituições autónomas, foram de 46.139 milhares de USD. Segue o resumo por trimestre da cobrança das principais sub-rubricas de receitas não fiscais.



TRIBUNAL DE RECURSO
CAMARA DE CONTAS

Receita não Fiscal até ao final do Primeiro Trimestre

Com exceção das receitas das instituições autónomas, foram arrecadados durante o 1º trimestre de 2016 um total de 9.897 milhares de USD a uma taxa de execução de 21%, à semelhança do período homólogo de 2015 (no valor de 9.252 milhares de USD).

Da análise da *Declaração 1 – Resumo de Receitas* do Relatório de Execução Orçamental até ao primeiro trimestre de 2016 verifica-se que as seguintes sub-rubricas apresentaram taxas de execução baixas, a saber: *Taxas de Extração Minerais, Dividendos Lucros e Ganhos, Venda de Arroz e Inspeção de Veículos*. No entanto, no mesmo período de 2015 apresentaram melhores performances.

As receitas arrecadadas pelas Instituições Autónomas ascenderam os 2.060 milhares de USD (taxa de execução de 23%), sendo que a receita de maior relevância respeita a *Taxas e pagamentos portuários*.

Receita não Fiscal até ao final do Segundo Trimestre

As receitas de maior relevância financeira respeitam a receitas da EDTL seguido dos *Dividendos Lucros e Ganhos, Taxa de Terrenos e Propriedade e a de Vistos*. As Receitas da EDTL apresentaram uma performance (59%) muito melhor do que a verificada no mesmo período de 2015 mas dentro do limiar esperado para o período de Janeiro a Junho de 2016 e representam cerca de 60% do total das receitas não fiscais cobradas, não incluindo as arrecadadas pelas Instituições autónomas.

As receitas das Instituições autónomas atingiram os 4.554 milhares de USD, sendo que entre Março e Junho foram cobradas o equivalente a 2.495 milhares de USD, e dentro do limiar esperado.

Receita não Fiscal até ao final do Terceiro Trimestre

Conforme se pode extrair da *Declaração 1 – Resumo de Receitas* do relatório em análise, as receitas das instituições autónomas cobradas atingiram os 6.713 milhares de USD e taxa de execução foi de 76% da estimativa final (e representam cerca de 5% das receitas domésticas arrecadadas).

A *Receita da EDTL* atingiu 20.453 milhares de USD dos 23.007 milhares de USD estimados, ou seja uma taxa de execução de um valor de 4.745 milhares de USD no primeiro trimestre de 2015 e execução de 89%. Importa acrescentar que o valor arrecadado em igual período de 2015 havia sido de 15.585 milhares de USD (pelo que em 2016 se verificou um aumento de 31% face ao mesmo período de 2015).



TRIBUNAL DE RECURSO
CAMARA DE CONTAS

Acresce que até Setembro de 2015 a receita não fiscal cobrada atingiu o valor de 34.331 milhares de USD que representa 74% do valor estimado, com exceção das cobradas pelas Instituições Autónomas. Até ao terceiro trimestre de 2016, a EDTL contribuiu com cerca de 15% das receitas domésticas.

3.1.2 Receita de Capital

Conforme se pode depreender da *Tabela 3 do Relatório de Execução Orçamental até ao primeiro, segundo e terceiro trimestre de 2016*, o levantamento da Receita de Capital a partir do fundo petrolífero foi semelhante ao efetuado nos mesmos períodos do ano de 2015.

Durante o **Primeiro Trimestre** foi levantado um total de 100.000 milhares de USD ao passo que no mesmo período de 2015 o valor levantado foi de 215.000 milhares de USD. O valor levantado no primeiro trimestre de 2016 representou cerca de 42,8% das despesas efetuadas no período.

Relativamente ao **Segundo Trimestre** foi levantado um total de 340.000 milhares de USD a acrescer aos 100.000 milhares de USD levantados no trimestre anterior. O valor acumulado até ao segundo trimestre foi alocado nas despesas efetuadas em cerca de 74,3% das mesmas. A taxa de execução face ao orçamento inicial foi de 34%

O valor total levantado de Do primeiro ao **Terceiro Trimestre**, foi de 644.800 milhares de USD dos quais foram utilizados para cobrir aproximadamente 72,9% de todas as despesas efetuadas, situação semelhante ao verificado no mesmo período de 2015. Ainda relativamente ao terceiro trimestre, importa realçar que os restantes 27,1% das despesas foram realizadas com recurso a verbas de empréstimo, receita cobrada e saldo em conta. Por outro lado, a taxa de execução até ao terceiro trimestre da receita de capital levantada face ao orçamento retificativo foi de 38,5%, ficando os restantes para ser retirado do Fundo Petrolífero no último trimestre mediante necessidade.

Em sede de contraditório, o Ministro do Plano e Finanças, referiu que a principal regra adotada pela Gestão do Dinheiro do Tesouro (Treasury Cash Management) é – manter apenas saldos mínimos necessários a objetivos operacionais do FCTL e de outras contas chave do Governo no BCTL. O objetivo desta regra é otimizar os fundos reservados ao Orçamento de Estado, mas retidos no Fundo do Petróleo até necessário. Esta situação permite que o Fundo do Petróleo obtenha uma melhor taxa de retorno.

A exceção a esta regra ocorre quando existe a possibilidade de Regime de Duodécimos no ano seguinte, pelo facto do Tesouro não ter como efetuar levantamentos do Fundo do Petróleo até que o Orçamento de Estado do ano seguinte seja promulgado. Nestas situações fundos adicionais para o ano seguinte são levantados antes do ano terminar.



**TRIBUNAL DE RECURSO
CAMARA DE CONTAS**

No caso de existirem saldos elevados no final do ano, os levantamentos do Fundo do Petróleo são diferidos até que estes saldos sejam utilizados. Esta situação leva a que a execução orçamental, em momentos, exceda os levantamentos do Fundo do Petróleo.

Face ao exposto requer-se que estes movimentos sejam todos refletidos na execução do orçamento corrente bem como na do ano subsequente.

3.2 Despesa

A Lei do Orçamento Geral do Estado aprova “o total de despesas por agrupamentos, incluindo as verbas a serem transferidas do Orçamento Geral do Estado para os Serviços e Fundos Autónomos (...)”, de acordo com al. b) do artigo 2º da referida Lei. Em 2016, foi atribuída autonomia a 32 Instituições públicas nacionais incluídas no Fundo Consolidado de Timor-Leste.

3.2.1 Do Fundo Consolidado de Timor-Leste – FCTL

Em 2016, as estimativas originais das despesas do Fundo Consolidado de Timor-Leste (FCTL), exceto FDCH, foram de 1.528.233 milhares de USD tendo as mesmas sido alteradas no Orçamento retificativo passando a atingir os 1.918.937 milhares de USD, ou seja aumento de 25,6% (sendo que a alteração apenas visou aumentar o orçamento do Fundo de Infra-estruturas). Segue o panorama geral das despesas efetuadas nos três primeiros trimestres de 2016. As despesas executadas aqui analisadas incluem os pagamentos efetuados bem como os adiantamentos em dinheiro processados e por regularizar.

3.2.1.1 Despesas do FCTL por Categoria Económica

De acordo com o OGE, verifica-se que a sub-rubrica de *Outros Serviços Diversos e Outros Serviços Operacionais* da categoria de Bens e Serviços apresentam valores estimados significativos, o que não vai ao encontro do princípio da especificação emanando no n.º 1 do artigo 7º da LOGF que diz que “o Orçamento do Estado deve especificar suficientemente as receitas nele previstas e as despesas nele fixadas”.

Refere o Ministro, em sede de contraditório, que os Line Item Outros Serviços Diversos e Outros Serviços Operacionais existem para assegurar estimativas de custos que não se encontram alocados a outros Line Items. Refere ainda que durante o exercício de 2016-2017 a preparação do Orçamento de Estado, através dos modelos de custos, regulou a limitação através de um montante máximo de \$ 5.000, de forma a evitar irregularidades no planeamento e execução das despesas.



TRIBUNAL DE RECURSO
CAMARA DE CONTAS

Na tabela seguinte evidencia-se o comportamento da execução orçamental das despesas do Fundo Consolidado de Timor-Leste, no período compreendido entre 1 de Janeiro e 30 de Setembro de 2016 face aos orçamentos propostos.

Tabela 2- Despesa global do FCTL - categoria económica

USD'000

Designação	Orçamento Inicial	Orçamento Atual	Execução 1º T 2016	% Execução 1º T 2016	Execução 2º T 2016	% Execução 2º T 2016	Execução 3º T 2016	% Execução 3º T 2016	Execução 3º T 2015	% Variação 3T 2016/2015
Despesas recorrentes	1,072,918	1,072,918	245,623	22.9%	488,712	45.5%	699,606	65.2%	636,685	9.9%
Salários e vencimentos	181,874	181,874	43,594	24.0%	82,683	45.5%	127,192	69.9%	108,067	17.7%
Bens e serviços	415,014	415,014	32,257	7.8%	95,840	23.1%	192,052	46.3%	207,736	-7.5%
Transferências	476,030	476,030	169,772	35.7%	310,189	65.2%	380,362	79.9%	320,882	18.5%
Despesas de Capital	455,314	846,019	6,037	1.3%	124,042	27.2%	211,873	25.0%	116,678	81.6%
Capital menor	18,844	18,844	10	0.1%	447	2.4%	3,970	21.1%	10,114	-60.7%
Capital desenvolvimento	436,470	827,175	6,027	1.4%	123,595	28.3%	207,903	25.1%	106,564	95.1%
Total de despesa	1,528,232	1,918,937	251,661	16.5%	612,755	40.1%	911,480	47.5%	753,363	21.0%

Fonte: Tabela 3 e Declaração 2 do Relatório de Execução Orçamental 1º, 2º e 3º T 2016/3º T 2015, OGE 2016

Despesa realizada através do FCTL até ao final do Primeiro Trimestre

Regista-se que até ao primeiro trimestre de 2016 os salários e vencimentos foram executados a 24%, ou seja, dentro do patamar esperado.

Por outro lado as despesas com bens e serviços foram de apenas 14.704 milhares de USD apenas (4% do valor estimado) a acrescer aos 17.553 milhares de USD de adiantamentos processados (sendo na maioria relativos a adiantamentos aos distritos e representam cerca de 66% da execução das despesas com bens e serviços). Assim, o valor total executado é de 32.257 milhares de USD de pagamentos efetuados (que corresponde a uma taxa de execução fraca de 7,8% com Bens e Serviços até ao primeiro trimestre, apesar do orçamento ter sido aprovado antes do início do ano). Verifica-se assim, uma semelhança na performance das despesas com bens e serviços até ao primeiro trimestre do ano de 2015 em que foi registado uma taxa de execução de 8%, num contexto de reorganização governamental.

No que concerne às Despesas com Transferências Públicas, verifica-se que as mesmas representaram cerca de 69% das despesas do FCTL até ao primeiro trimestre e foram executadas a 36%.

Com exceção dos Salários e vencimentos, a execução da despesa do FCTL foi fraca e à semelhança do verificado no período homólogo de 2015.



TRIBUNAL DE RECURSO
CAMARA DE CONTAS

Despesa realizada através do FCTL do Primeiro ao Segundo Trimestre

No que concerne aos grandes agregados das *Despesas Recorrentes* e das *Despesas de Capital*, importa registar a variação significativa das *Despesas de Capital* que passaram dos 6.037 milhares de USD no final do primeiro trimestre para uma execução de 124.042 milhares de USD ao final do segundo trimestre de 2016 (inclui despesas com recurso a verbas de empréstimos de 11.482 milhares de USD), por força da realização das despesas do Fundo de Infra-estruturas.

De entre as *Despesas Recorrentes* e as *Despesas de Capital* executadas, a mais representativa é a relativa à categoria de *Transferências* correspondendo a cerca de 50% do total executado. As despesas com transferências executadas até o final do segundo trimestre no valor de 310.189 milhares de USD foi muito superior ao executado no mesmo período de 2015 (138.651 milhares de USD) o que representa uma variação de 123%.

As despesas com bens e serviços mais representativas respeitam a *Professional Services* seguido das *Other operational expenses*. No que concerne às despesas de Capital Menor, as mesmas foram fracas sendo que no mesmo período de 2016 haviam registado melhor performance.

Despesa realizada através do FCTL do Primeiro ao Terceiro Trimestre

Do Orçamento Retificativo resultou num aumento de um total de 390.705 milhares de USD à verba inicialmente prevista para o Fundo de Infraestruturas, que por sua vez beneficiou de um aumento de 89%. No entanto, durante o terceiro trimestre foram efetuadas alterações orçamentais entre rubricas, a saber, redução das despesas de bens e serviços e de transferências a alocar as despesas salários e vencimentos, com capital menor e capital desenvolvimento. As reduções mais significativas foi na rubrica de despesas de combustíveis para geradores a que sofreu uma redução de 8.865 milhares de USD enquanto a rubrica de despesa de manutenção de edifícios obteve um aumento significativo e no entanto, sequer ultrapassou os 12% de execução até ao fim do terceiro trimestre. Foram realocadas um total de 5.783 milhares de USD às despesas com capital e desenvolvimento do FCTL, apesar do aumento no Orçamento Retificativo.

A taxa de execução dos salários e vencimentos foi de 65,2% tendo no entanto, aumentado em 9,9% face ao executado no correspondente período do ano anterior. As despesas com ativos de infraestruturas atingiram os 207.903 milhares de USD de execução face aos 106.564 milhares de USD registados no período homólogo do ano anterior, sendo que a nível da categoria de capital de desenvolvimento regista-se uma variação homóloga de cerca de 95,1%.



**TRIBUNAL DE RECURSO
CAMARA DE CONTAS**

A rubrica de aquisição de edifícios teve uma taxa de execução de 433% a acrescer aos montantes comprometidos no total de 1.512 milhares de USD ao fim do trimestre, ou seja sem cobertura orçamental na própria rubrica.

Face ao referido, vem o Ministro referir que esses custos se referem a reabilitação do edifício da EDTL, no valor de \$ 342.000, reabilitação do Centro de Formação Regional RAEOA no valor de \$ 112.000, reabilitação do edifício Balide Central no valor de \$ 103.000, construção da Casa Kobe Ministério das Finanças no valor de \$ 77.000 e construção do Centro Regional de Formação de Viqueque no valor de \$ 65.400. Acrescenta ainda que *deverá ter-se, igualmente, em atenção que o controlo orçamental é efetuado ao nível da Categoria e não do Line Item.*

No entanto, reitera este Tribunal que o controlo atual é efetuado ao nível da categoria da despesa mas deverá ser efetuada ao nível individual das rubricas conforme recomendações anteriores efetuadas pela Câmara de Contas.

3.2.1.2 Despesas do FCTL por Categoria Orgânica

Os Relatórios trimestrais de Execução Orçamental incluem a *Declaração 4, Despesas por ministérios* bem como as despesas efetuadas através das Dotações para Todo o Governo, os quais foram sintetizados e traduzidos na Tabela 3 que segue:



TRIBUNAL DE RECURSO
CAMARA DE CONTAS

Tabela 3 – Despesa do FCTL- Categoria orgânica, serviços simples

USD'000

Código	Designação	Orçamento Inicial	Orçamento Atual 3T	Execução 1 T 2016	% Execução 1T 2016	Execução 2 T 2016	% Execução 2T 2016	Execução 3 T 2016	Peso Execução 3 T 2016	% Execução 3T 2016
3	Primeiro Ministro	13,073	13,073	2,424	19%	5,120	39%	9,020	1.4%	69%
5	Ministro de Estado da Presidência do Conselho dos Ministros	12,185	12,185	2,795	23%	4,124	34%	6,052	0.9%	50%
42	Ministro do Estado, Coordenador dos Assuntos Sociais	1,552	1,552	298	19%	912	59%	1,119	0.2%	72%
43	Sec. Est. Para o Apoio e Promoção Sócio-Económica da Mulher	1,673	1,673	230	14%	516	31%	1,108	0.2%	66%
44	Sec. Est. Juventude e Desporto	7,950	7,950	171	2%	2,123	27%	4,611	0.7%	58%
45	Ministro de Estado, Cordenador do Assuntos Económico	2,891	2,891	273	9%	712	25%	1,259	0.2%	44%
46	Sec. Est. para a Política da Formação Profissional e Emprego	13,818	13,818	954	7%	7,875	57%	10,242	1.5%	74%
47	Ministro de Estado, Cordenador do Assuntos da Administração do Estado e	664	664	36	5%	174	26%	312	0.0%	47%
48	Sec. Est. Fortalecimento Institucional	1,161	1,161	159	14%	339	29%	566	0.1%	49%
49	Ministerio da Educação	100,613	100,613	23,231	23%	41,352	41%	66,378	10.0%	66%
58	Ministerio da Agricultura e Pescas	22,343	22,343	1,883	8%	4,824	22%	8,373	1.3%	37%
59	Ministerio da Administração Estatal	35,094	35,493	2,065	6%	11,838	33%	21,381	3.2%	60%
60	Ministerio dos Negocios Estrangeiros e Cooperação	26,375	26,375	9,098	34%	12,067	46%	18,915	2.8%	72%
61	Ministerio das Finanças	18,915	18,915	1,611	9%	4,335	23%	6,687	1.0%	35%
62	Dotações para todo Governo	323,935	323,131	137,655	42%	231,101	71%	250,547	37.7%	78%
63	Ministerio da Justiça	20,233	20,233	1,569	8%	7,549	37%	10,420	1.6%	52%
64	Ministerio da Saúde	42,387	42,387	7,116	17%	15,499	37%	26,582	4.0%	63%
65	Ministerio da Solidaridade Social	157,959	157,891	22,173	14%	51,553	33%	97,686	14.7%	62%
66	Ministerio do Comércio, Industria e do Ambiente	12,696	12,696	914	7%	3,232	25%	5,380	0.8%	42%
67	Ministerio do Turismo, Arte e Cultura	5,590	5,590	347	6%	1,224	22%	2,476	0.4%	44%
68	Ministerio das Obras Públicas, Transportes e Telecomunicações	110,840	110,840	2,211	2%	19,899	18%	47,541	7.2%	43%
69	Ministerio do Petróleo e Recursos Minerais	12,506	12,506	6,130	49%	11,291	90%	11,720	1.8%	94%
70	Ministério de Defesa	26,217	26,217	3,373	13%	9,746	37%	15,737	2.4%	60%
71	Ministério do Interior	39,833	40,238	6,512	16%	15,819	40%	25,589	3.9%	64%
72	Ministério do Planeamento e Investimento Estrategico	36,217	36,217	1,373	4%	6,963	19%	13,205	2.0%	36%
75	Provedoria dos Direitos Humanos e Justica	1,479	1,479	272	18%	565	38%	854	0.1%	58%
Total despesa		1,048,199	1,048,131	234,873	22%	470,552	45%	663,760	100.00%	63%

Fonte: Relatório Execução Orçamental 1.º e 3.º T. 2016, OGE 2016

Uma vez que houve mudanças ao nível da execução financeira atribuída pela Lei do Orçamento através de transferências de dotações orçamentais às 32 Agências Autónomas em 2016, a análise que segue apenas de cinge as despesas do FCTL excluindo as despesas efetuadas pelos FSA que incluem o Fundo de Infra-estruturas. Assim, a tabela acima apenas apresenta informação dos ministérios durante o ano de 2016.

Despesa realizada através do FCTL pelos serviços simples até ao final do Primeiro Trimestre

Os dados constantes da tabela 3 mostram que:

- Boa parte dos ministérios teve execução muito fraca até ao primeiro trimestre de 2016, sendo de salientar o MAP, o MAE, o MF, o MOPTC, MPIE, SEJD, entre outros.
- Por outro lado, o Ministério da Educação apresentou uma taxa de execução de 23%, ou seja, esteve dentro do patamar esperado no ano
- As Dotações para Todo o Governo foram executadas a 42% devido às transferências efetuadas à Região Autónoma de Oe-cusse e que contribuíram para que a execução global das despesas dos ministérios, incluindo a Provedoria dos Direitos Humanos, se situasse na ronda dos 22%.



**TRIBUNAL DE RECURSO
CAMARA DE CONTAS**

Despesa realizada através do FCTL pelos serviços simples do Primeiro ao Segundo Trimestre

- A nível global, relativamente às despesas acumuladas efetuadas até ao segundo trimestre, importa registar que as entidades apresentaram melhor performance quando comparadas com o nível de execução até ao primeiro trimestre. No entanto, esteve-se abaixo do limiar esperado de taxa de execução até ao segundo trimestre dado que foi de apenas 45% conseguidos sobretudo com as transferências à Região Autónoma de Oe-cusse.
- Tanto o MOPTC como o MPIE tiveram execuções muito fracas das suas despesas atingindo taxas de 18% e 19%, respetivamente no período em análise, face ao orçamento original.

Despesa realizada através do FCTL pelos serviços simples do Primeiro ao Terceiro Trimestre

- Observa-se que até ao terceiro trimestre de 2016, as entidades que consomem a maior parcela do orçamento executado foram o MSS e o Ministério da Educação com pesos de 14,7% e 10% respetivamente que, juntamente com as DTG, contribuíram para uma taxa de execução global de 63% no período face ao orçamento alterado após orçamento retificativo.
- Regista-se um crescimento equilibrado da execução orçamental ao longo dos três trimestres, embora fraca até ao terceiro trimestre.
- O MAP, o MF e o MPIE apresentaram taxas de execução inferiores a 40%.

3.2.1.3 Despesas do Fundo das Infra-estruturas incluído no FCTL

Os *Relatórios de Execução Orçamental* intercalares apresentam a execução orçamental de todo o Governo. No referido Relatório apresentam-se informações de receitas e despesas por categoria económica. Em 2016 ao FI foi atribuída autonomia financeira, tendo sido englobado no FCTL, deixando assim de ser um Fundo Especial. Apresenta-se a seguir as despesas do Fundo de Infra-estruturas alocadas aos programas plurianuais de investimento bem como as despesas efetuadas com recurso a verbas desembolsadas de empréstimos públicos contratados:



TRIBUNAL DE RECURSO
CAMARA DE CONTAS

Tabela 4 – Despesa do FI – por Programa

Codigo	Programa	Saldo 2015		Orçamento Inicial	Orçamento Final	Execução 1º T		Execução 2º T		Execução 3º T		Execução 3º T		Variação 3º T 2016/2015
		2015	2016			1º T 2016	% Execução 1º T 2016	2º T 2016	% Execução 2º T 2016	3º T 2016	% Execução 3º T 2016	2015	% Execução 3º T 2015	
797	Agricultura	0	2,035	2,483	-	0.0%	-	0.0%	-	576	23.2%	6,981	0.30%	-92%
798	Água e Sanitação	72	12,486	15,825	-	0.0%	-	0.0%	-	374	2.4%	810	0.19%	-54%
799	Desenvolvimento Urbano e Rural	0	12,182	5,900	-	0.0%	-	0.0%	-	85	1.4%	4,675	0.04%	-98%
800	Edifícios públicos	0	3,585	3,598	-	0.0%	-	0.0%	-	571	15.9%	551	0.29%	4%
801	Educação	0	585	883	-	0.0%	-	0.0%	-	185	20.7%	1,202	0.09%	-85%
802	Energia Eléctrica	2	6,300	41,035	571	9.1%	10.457	166.0%	14,434	35.2%	7.40%	24,478	0.05%	-41%
803	Equipamento Informático	0	1,800	1,828	-	0.0%	-	0.0%	-	105	5.7%	-	-	-
804	MDG	0	4,800	7,941	-	0.0%	-	0.0%	-	2,882	36.3%	-	1.48%	-
805	Saúde	0	1,701	1,551	-	0.0%	-	0.0%	-	152	9.8%	991	0.08%	-85%
806	Segurança e Defesa	1	2,808	3,580	-	0.0%	-	0.0%	-	386	11.1%	713	0.20%	-44%
807	Solidariedade e Social Monuments	-	-	99	-	-	-	-	-	99	100.0%	-	0.05%	-
808	Taxi mane	225	71,634	183,878	242	0.3%	59,174	82.6%	70,217	38.2%	36.02%	7,458	36.02%	841%
809	Aeroportos	-1	220	24,469	-	0.0%	-	0.0%	-	8,422	34.4%	257	4.32%	3177%
871	Preparação de Desenhos e Supervisão-Novos Projectos	0	6,000	3,147	-	0.0%	-	7.5%	988	31.4%	0.51%	1,688	0.51%	-41%
872	Estradas	126	104,225	208,016	731	0.7%	21,792	20.9%	57,150	27.5%	29.33%	25,293	29.33%	126%
873	Pontes	0	6,485	2,058	-	0.0%	-	0.0%	-	-	0.0%	1,389	0.00%	-100%
874	Porto	0	10,600	131,282	-	0.0%	-	0.0%	-	431	0.3%	349	0.22%	23%
912	Programa do Sector Turismo	525	200	1,135	-	0.0%	-	0.0%	-	615	54.2%	1,152	0.32%	-47%
914	Programa Sector das Finanças	36	19,097	26,976	-	0.0%	-	27.8%	8,135	30.2%	4.17%	3,220	1.12%	153%
915	Programa do Sector Juventude e Desporto	0	3,414	6,074	-	0.0%	-	17.5%	2,186	36.0%	1.12%	118	1.12%	1753%
976	Comissão de Administração do Fundo Infraestrutura-FI	-	808	808	178	22.0%	348	43.1%	422	52.2%	0.22%	-	-	-
977	Programa Manutenção e Reabilitação	-	16,000	4,866	-	0.0%	-	0.0%	-	-	0.0%	-	0.00%	-
Sub total Infrastructure fund		986	286,765	677,471	1,722	0.6%	102,865	35.9%	168,465	24.9%	86.41%	81,335	107%	107%
5102	Total Infrastructure fund loan (ADB)/cofinanciamento Governo	574	23,033	23,033	-	0.0%	-	16.1%	8,409	36.5%	4.31%	-	-	-
5103	Total Infrastructure fund loan (WB)/cofinanciamento Governo	18,848	11,407	11,407	-	0.0%	-	3.0%	2,162	19.0%	1.11%	-	-	-
5104	Total Infrastructure fund loan (JICA)/cofinanciamento Governo	11,385	10,500	10,500	-	0.0%	-	0.0%	1	0.0%	0.00%	-	-	-
5105	Total Infrastructure fund loan (EXIM BANK)/cofinanciamento Governo	15,000	62,063	62,063	-	0.0%	-	0.0%	-	-	0.00%	-	-	-
Total Infrastructure fund All Loans		-	-	-	4,412	-	11,482	-	15,921	-	8.17%	-	-	-
Sub total Infrastructure fund - empréstimos		45,807	107,003	107,003	4,412	4.1%	15,542	14.5%	26,493	24.8%	13.59%	-	-	-
Total despesas fundos das Infra-estruturas		46,793	393,768	784,474	6,134	1.6%	118,407	30.1%	194,958	24.9%	100.00%	81,335	140%	140%

Fonte: Declaração 5 - Relatório Execução Orçamental do FI do 1º, 2º e 3º T 2016/2015, OE 2016

Obs.: Inclui despesas operacionais do FI (código 976)

f f



TRIBUNAL DE RECURSO
CAMARA DE CONTAS

O total da dotação orçamental do FI dado pelo Orçamento Retificativo atingiu os 784.474 milhares de USD, incluindo verbas previstas de empréstimos de 107.003 milhares de USD, cf. se vê na tabela acima, sendo que do Orçamento Retificativo resultou no aumento das dotações do FI (exceto empréstimos) em 136%. Esse aumento considerável deve-se ao reforço nos programas de *Energia Elétrica, Tasi Mane, Aeroportos, Estradas, Sector das Finanças e Portos*, sendo que o maior aumento deve-se a realocação a este último Programa referido. No entanto, importa registar a diferença substancial da alocação inicial das verbas aos programas existentes e posterior alteração por via de orçamento retificativo.

Importa registar que o Programa constante do OGE de 2015 para aquisição do novo navio de transporte foi cancelado por via de OGE de 2016.

Depreende-se da informação constante do Orçamento do Estado Retificativo de 2016 aprovado que 86,4% do orçamento do Fundo de Infra-estruturas é financiado através de transferências a partir do Fundo Petrolífero, e o restante 13,6% é financiado com recurso a verbas de empréstimos. O orçamento do FI de 2016 representa uma parcela considerável no OGE final de cerca de 40% do orçamento global, dos quais, os programas de *Tasi Mane, Estradas e Portos* representam maior peso da alocação da verba.

Os *Relatórios de Execução Orçamental* intercalares não desagregam os gastos efetuados nos programas com recurso a desembolsos de cada financiador não permitindo a sua comparação face ao orçamento previsto, cf. se vê na tabela acima. No entanto, essa informação foi agora englobada e ajustada no FI cf. acima demonstrada. Ainda da análise dos *Relatórios dos Fundos Especiais do ano de 2016* não se consegue apurar os montantes alocados aos programas de empréstimos financiados pelas agências aos quais os empréstimos foram contratados.

Despesa realizada através do FI até ao Primeiro Trimestre

Execução quase irrisória do Orçamento do FI ao final do primeiro trimestre de 6.134 milhares de USD (0,6% do Orçamento inicial), exceto empréstimos. Apenas 4 dos 22 programas do Fundo foram executados, enquanto apenas um programa cofinanciado com recurso a empréstimos foi executado no valor de 4.412 milhares de USD.

A nível geral, a execução orçamental do Fundo de Infra- estrutura no final do 1º trimestre de 2016 foi de apenas 1,6%, à semelhança do verificado no mesmo período homólogo do ano anterior (1%).



**TRIBUNAL DE RECURSO
CAMARA DE CONTAS**

Despesa realizada através do FI do Primeiro ao Segundo Trimestre

Regista-se no período, uma melhoria da taxa de execução do programa do Fundo de Infra-estruturas exceto empréstimos (35,9% atingidos), apesar de se situar abaixo do patamar esperado para a execução acumulada até o segundo trimestre. No entanto teve melhor performance que o verificado no mesmo período de 2015 com apenas 12%.

O Programa de Tasi Mane foi executado a 82,6% no período face ao orçamento original, ou seja, quase esgotado ao meio do ano. Por outro lado, o Programa de Estradas teve uma execução de 20,9% bem como o Programa do Sector das Finanças com uma execução de 27,8%. A nível geral, metade dos programas não foi executada.

Sobre esta questão o Ministro alega que a alocação inicial para o Projeto Tasi Mane, anterior à retificação, era de \$ 71,6 milhões. No final do Segundo Trimestre, o total executado era de \$ 59,17 milhões, representando 82,6% de taxa de conclusão do projeto. Destes valores inclui-se a execução da Rodovia da Costa Sul tendo como base adiantamentos e pagamentos progressivos no montante de \$ 57,2 milhões. No entanto, o projeto desta rodovia necessitou de financiamento adicional de \$ 58,2 milhões pelo restante do ano fiscal de 2016.

Os programas executados cuja verba provém do Governo e simultaneamente de empréstimos tiveram uma execução global de 15.542 milhares de USD.

Despesa realizada através do FI do Primeiro ao Terceiro Trimestre

Quase todos os programas sofreram alterações elevadas face ao orçamento inicial. No entanto, apesar da alteração do orçamento, a execução global das despesas do FI até Setembro atingiu apenas os 24,9% face ao orçamento retificativo, ou seja muito baixo, à semelhança do verificado ao terceiro trimestre de 2015 (26%), podendo conduzir a pagamentos elevados concentrados no último trimestre do ano.

Em sede de contraditório, o Ministro do Plano e Finanças, de entre outras respostas, referiu que a natureza e o elevado custo dos projetos de infraestruturas resultam em hiatos entre a conceção do projeto, a submissão do concurso e o seu início. Adicionalmente, a maior parte dos projetos também contém uma quantidade de milestones onde os pagamentos (execução orçamental) são devidos. Como parte dos mecanismos de controlo implementados pelo Todo o Governo e linhas Ministeriais individuais, tal como a aprovação de contratos de elevado valor pela Câmara de Contas, realização de critérios e aprovação independente dos momentos de pagamento, leva a que a previsão do progresso da execução é difícil; de ser realizada.



**TRIBUNAL DE RECURSO
CAMARA DE CONTAS**

Refere ainda que adicionalmente ao aumento do orçamento do Fundo de Infraestruturas, após a retificação, o qual causou a redução da taxa de execução devido à alteração da base de cálculo, ocorreu um número elevado de pagamentos de grande valor que poderão apenas ser finalizados no Quarto Trimestre, tais como o projeto do Porto Tibar Bay, quando o enquadramento jurídico e as aprovações Ministeriais foram apenas recebidas no final do ano. Outros Projetos de elevado valor também seguem um padrão similar onde o Fundo de Infraestruturas apenas recebe os pedidos de pagamento e as aprovações das Linhas Ministeriais e da Agência de Desenvolvimento Nacional-ADN a caminho do fim do ano.

O Programa de maior peso é o de *Tasi Mane* que atingiu os 70.217 milhares de USD (38,2% de execução) e representa cerca de 39,22% no total do orçamento executado no período. O Programa de Estradas, com um peso de 31,94%, foi executado a uma taxa de 27,5%.

Regista-se, por outro lado, uma certa dificuldade em executar os programas com recurso a verbas de empréstimo ao longo dos trimestres do ano, à semelhança dos anos anteriores, devido a dificuldade das empresas contratadas em dar continuidade aos serviços propostos.

Refere o Ministro que os Relatórios de Execução Orçamental Trimestral incluem uma secção que detalha todos os projetos de infraestruturas de forma individual. No entanto, reitera esta Câmara que a informação apresentada nos relatórios referidos são insuficientes para análise.

3.2.2 Do Fundo de Desenvolvimento do Capital Humano – FDCH

Os *Relatórios de Execução Orçamental intercalares* apresentam informação detalhada da execução orçamental de todo o Governo onde se inclui igualmente a execução do Fundo Especial-FDCH.

O total da dotação orçamental para o Fundo de Desenvolvimento do Capital Humano previsto no Orçamento do Estado de 2016 foi de 34 milhões de USD tendo reduzido em cerca de 17% face ao previsto no ano anterior no valor de 41 milhões de USD.

Os programas de Assistência Técnica para o sector Judicial e o programa de Assistência Técnica para o Ensino Terciário foram eliminados em 2016 por via de Orçamento Geral do Estado, passando a compreender o FDCH apenas os 4 programas estabelecidos desde 2011.

Os *Relatórios da Execução Orçamental trimestrais* trazem, através da *Declaração 6 – Fundo de Desenvolvimento de Capital Humano*, informações do saldo orçamental de 2015, do orçamento alterado, bem como outras informações relevantes, como demonstra o resumo evidenciado na tabela que segue:



TRIBUNAL DE RECURSO
CAMARA DE CONTAS

Tabela 5 – Despesa do FDCH – por Programa

USD'000

Programas	Saldo 2015	Orçament o Inicial	Orçamento Final 3T	Execução 1º T 2016	% Execução 1º T 2016	Execução 2º T 2016	% Execução 2º T 2016	Execução 3º T 2016	% Peso 3º T 2016	% Execução 3º T 2016	Execução 3º T 2015	% Variação 2016/2015
Formação Profissional	2,153	7,835	7,716	1	0.0%	1,390	17.7%	2,471	17.7%	32.0%	4,328	-42.9%
Formação Técnica	768	5,115	5,296	72	1.4%	495	9.7%	1,402	10.0%	26.5%	1,421	-1.3%
Bolsas de Estudo	1,861	17,233	16,719	3,431	19.9%	6,068	35.2%	8,580	61.4%	51.3%	9,286	-7.6%
Outros tipos de Formação	736	3,817	4,269	321	8.4%	960	25.2%	1,529	10.9%	35.8%	950	60.9%
Sub Total	5,518	34,000	34,000	3,825	11.3%	8,913	26.2%	13,982	100.0%	41.1%	15,985	-12.5%
Outros												
Assistência Técnica para sector Judicial	2,230	0	0	0	-	0	-	0	0.0%	-	830	-100.0%
Assistência Técnica para Ensino Terciário	9	0	0	0	-	0	-	0	0.0%	-	1,465	-100.0%
Gabinete do Ministro	0	0	0	0	-	2	-	2	0.0%	-	0	-
Balance Sheet Item	-8	0	0	0	-	-8	-	-6	0.0%	-	0	-
Sub Total	2,231	0	0	0	-	-6	-	-4	0.0%	-	2,295	-100.2%
Total	7,749	33,999	33,999	3,825	11.3%	8,907	26.2%	13,978	100.0%	41.1%	18,280	-23.5%

Fonte: Declaração 6 - Relatório Execução Orçamental FDCH 1º, 2º e 3º T 2016/2015, OE 2016

Despesa realizada através do FDCH até ao Primeiro Trimestre

A realização das despesas ao final do primeiro trimestre foi de 3.825 milhares de USD a uma taxa de execução de 11,3% apenas, enquanto no período homólogo de 2015 havia sido de apenas 3%, ou seja, regista-se uma ligeira variação positiva quando comparado com ano anterior, apesar da execução ter sido fraca.

Observa-se que o programa de maior peso é o respeitante a Bolsas de Estudo com um peso de 90% do valor total executado e uma taxa de execução de 19,9%.

O Projecto de maior execução foi o de Bolsas de Estudos para Filipinas, Portugal, Brasil, Tailândia, Malásia e Indonésia que atingiu os 50% logo no primeiro trimestre e um valor executado de 255 milhares de USD.

Despesa realizada através do FDCH do Primeiro ao Segundo Trimestre

O volume de despesas executadas apenas durante o segundo trimestre é de 14,9% do Orçamento inicial a acrescer ao executado no período anterior que perfaz uma taxa de execução de apenas 26,2% de Janeiro a Junho de 2016, conseguida entretanto pela execução do Programa de Bolsa de Estudo.

Regista-se por outro lado, uma execução de 1.390 milhares de USD do Programa de Formação Profissional. O programa de Formação Técnica continuou com um desempenho fraco no período (taxa de execução de 9,7% apenas).



TRIBUNAL DE RECURSO
CAMARA DE CONTAS

Importa realçar o facto de que ao FDCH até ao final de Junho haviam sido transferidos cerca de 20.000 milhares de USD para fazer face as despesas, além do saldo em conta do ano anterior, tendo sido gastos apenas 8.913 milhares de USD, comprovando a dificuldade em executar o orçamento alocado ao fundo durante os primeiros seis meses do ano.

Despesa realizada através do FDCH do Primeiro ao Terceiro Trimestre

A execução das despesas do FDCH mostrou-se fraca a nível programática, sendo que apenas o Programa de Bolsas de Estudo superou a meta dos 50% ao final de Setembro de 2016. Verifica-se que persiste a fraca execução do Programa de Formação Técnica com uma taxa de execução de apenas 26,5% de Janeiro a Setembro e equivalentes a despesas que totalizaram os 1.402 milhares de USD. O mesmo facto se verificou no período homólogo de 2015 onde apenas haviam sido executados 1.421 milhares de USD. O Projecto de Bolsas de Estudos para Filipinas, Portugal, Brasil, Tailândia, Malásia e Indonésia contribui por si só com cerca de 25% da execução global do Fundo no período.

No que concerne ao Programa de Formação Profissional, observa-se uma diminuição de 42,9% do volume de execução em relação ao mesmo período de 2015.

Apesar da dificuldade em executar o orçamento alocado, deu-se lugar a redistribuições entre programas, de verbas orçamentadas, tendo os Outros Tipos de Formação que viram o seu orçamento aumentar em 11,8%. Apesar do verificado, a sua execução foi de apenas 35,8%, e 60,9% superior ao executado no período homólogo de 2015.

A nível geral a execução dos programas atingiu os 41,1%, à semelhança do verificado em igual período de 2015 de 44%.

3.3 Tesouraria

Os movimentos efetuados na tesouraria do Estado são apreciados pela Câmara de Contas. Os Relatórios trimestrais são omissos em relação a totalidade dos fundos movimentados nas contas do Estado abertas junto do BCTL e outras, a acrescer ao facto de que me 2016, 32 novas contas bancárias foram abertas junto do BCTL para efeitos de transferência de dotações orçamentais e posterior gestão autónoma das entidades a que foram atribuídas autonomia financeira. Porém, segue uma análise dos adiantamentos efetuados às entidades públicas ao longo dos três trimestres do ano de 2016 para posterior regularização na contabilidade.



TRIBUNAL DE RECURSO
CAMARA DE CONTAS

3.3.1. Adiantamentos de Dinheiro

A tabela que segue ilustra de forma resumida os valores registados nas rubricas de avanços de dinheiro de Janeiro a Setembro de 2016 do FCTL que inclui as Agências Autónomas, e do FDCH:

Tabela 6 – Adiantamentos de dinheiro – FCTL e FDCH

USD'000

Avanços em Dinheiro	1 T 2016			2 T 2016			3 T 2016		
	Adiantamentos	Obrigações	Compromissos	Adiantamentos	Obrigações	Compromissos	Adiantamentos	Obrigações	Compromissos
FCTL { Bens e Serviços	17,553	6,679	649	18,211	5,258	504	25,728	7,385	219
Capital Menor	6	48	0	54	0	0	222	0	0
FI { Capital Desenvolvimento	0	0	0	3	0	0	3	0	0
FDCH { Bens e Serviços	10	0	0	15	12	0	143	0	0
Total	17,569	6,727	649	18,283	5,270	504	26,096	7,385	219
Total avanços por trimestre	24,945			24,057			33,700		

Fonte: Declaração 2 - Relatório Execução Orçamental 1º, 2 e 3 T 2016

Ao longo dos três trimestres de 2016 foram pagos a título de adiantamentos valores elevados chegando a atingir os 25.728 milhares de USD no terceiro trimestre relativamente a categoria de Despesas com Bens e Serviços do Fundo Consolidado, e que serão objecto de movimentos de regularização na contabilidade após comprovação dos pagamentos efetuados com recurso a estas verbas. A par dos adiantamentos efetuados, foram constituídas obrigações para processamento de pedidos de adiantamentos no valor de 7.385 milhares de USD ao fim do período. Porém, grande parte destes adiantamentos respeita a verbas transferidas às Missões Diplomáticas no exterior. Em suma, importa registar que no primeiro trimestre os adiantamentos (17.569 milhares de USD) representaram cerca de 7% das despesas efetuadas (234.875 dos Serviços simples, 3.825 do FDCH e 11.059 dos FSA exceto FI, que totalizam os 249.759 milhares de USD).

3.4 Receita e Despesa Global

3.4.1 Perímetro da Consolidação da Conta

O Orçamento do Estado compreende o orçamento dos serviços da administração direta e indireta do Estado. As verbas transferidas à Região Autónoma de Oe-cusse constam da execução da Conta mas não constam os valores efetivamente gastos e recebidos pela mesma. Em 2016, a RTTL deixou de ser incluída nas contas passando a constar apenas as verbas de transferências efetuadas ao mesmo que passou a funcionar como Empresa Pública.



**TRIBUNAL DE RECURSO
CAMARA DE CONTAS**

Sobre esta questão o Ministro refere que apesar da lei que criou a RTTL como uma empresa pública ter sido promulgada através da Lei n. 42/2008, a RTTL apenas exerceu o direito ao controlo independente das suas receitas em 2016. Consequentemente, nenhuma receita foram incluídas para a RTTL em 2016 apesar do suporte orçamental ter sido fornecido através do Secretário de Estado da Comunicação Social.

3.4.2 Receita vs Despesa

Execução Global até ao Primeiro Trimestre

Na análise que segue evidencia-se de forma resumida as receitas e despesas globais executadas até Março de 2016.

Tabela 7 – Receita e despesa global – categoria económica até ao 1T

(USD \$'000)

Rubrica	Orçamento Final 1T	Peso Orçamento Final	Execução 1T 2016	Peso Execução	Taxa execução 1T 2016	Execução 1T 2015	% Var Execução 1T 2016/2015
Receita e Financiamento							
Receita Doméstica	171,400	11.0%	39,643	15.5%	23.1%	34,069	16%
Receita de Capital - Petróleo	1,283,830	82.2%	100,000	39.1%	7.8%	215,000	-53%
Empréstimo	107,003	6.8%	4,412	1.7%	4.1%	203	2073%
Reservas de dinheiro	0	0.0%	111,430	43.6%	-	45,124	147%
Saldo 2015 transitado dos fundos especiais	0	-	-	-	-	-	-
Total Receita	1,562,233	100.0%	255,485	100.0%	16.4%	294,396	-13%
Despesa							
Despesas Recorrentes	1,106,919	70.9%	249,448	97.6%	22.5%	208,371	20%
Despesa Capital Menor	18,844	1.2%	10	0.0%	0.1%	868	-99%
Despesa Capital Desenvolvimento	436,470	27.9%	6,027	2.4%	1.4%	2,238	169%
Total Despesa	1,562,233	100.0%	255,485	100.0%	16.4%	211,477	21%
Peso receita doméstica/despesa	11.0%		15.5%			16.1%	

Fonte: Relatório Execução Orçamental 1ºT 2016, OGE 2016

Obs: inclui receitas e despesas das instituições auto financiadas, e despesas de todo os fundos

A síntese da execução orçamental global ate ao primeiro trimestre demonstra que no período:

Registou-se uma variação positiva de 16% da cobrança de receitas domésticas, ou seja, muito melhor do que o verificado em igual período de 2015. A sua execução se situou nos 23,1%, ou seja, consistente para o período.

Devido a disponibilidades em caixa bem como a fraca capacidade de execução das despesas, apenas foi levantado do FP o equivalente a 7,8% do valor previsto no orçamento inicial e cobre cerca de 39,1% de todos os gastos efetuados.



**TRIBUNAL DE RECURSO
CAMARA DE CONTAS**

O levantamento dos desembolsos de empréstimos contraídos tem sido fraco ao longo dos anos, principalmente no primeiro trimestre.

Para a cobertura das despesas necessárias foram utilizados um total de 111.430 milhares de USD de reservas de dinheiro em caixa, apesar de não estabelecido no OGE. Essas verbas suportaram cerca de 43,6% dos gastos no período.

Sobre a questão da utilização das reservas de dinheiro utilizada ao longo dos trimestres, e a par da explicação anteriormente dada, em sede de contraditório o Ministro referiu que as reservas de caixa do Tesouro no final de cada ano são estimadas em cerca de \$ 200 milhões. Esta é a estimativa fornecida anualmente à DN Orçamento para cada preparação orçamental. Pelo facto de não existirem alterações às estimativas dos saldos de caixa orçamentais de um ano para o outro, nos cálculos dos fluxos de caixa orçamentais não são consideradas as reservas de caixa para atingir as necessidades de financiamento do Orçamento de Estado.

Em termos práticos, o saldo de caixa no final de cada ano é mantido abaixo dos \$200 milhões sempre que possível. Devido à monitorização dos saldos de caixa do Tesouro em Novembro e Dezembro, bem como ao facto de existir uma baixa execução em Janeiro do ano seguinte, o objetivo mínimo é alcançado.

(...)

Em 2016, no início do ano, devido aos elevados saldos de caixa, estas verbas foram utilizadas antes que as deduções do Fundo do Petróleo fossem realizadas no Orçamento de 2016. No entanto, quando o Orçamento do Estado de 2016 foi preparado, pelo facto do Regime de Duodécimos não ser possível de previsão, a utilização das reservas de caixa não puderam ser incluídas nas estimativas.

As despesas recorrentes, 249.448 milhares de USD, por sua vez, foram constituídas na sua maioria pelas transferências à Região Autónoma de Oe-cusse de 131,6 milhões de USD o que resultou no aumento de cerca de 20% face ao período homólogo anterior.

A nível global, a despesa consolidada da administração direta e indireta aumentaram em 21% face ao mesmo período homólogo.

Execução Global do Primeiro ao Segundo Trimestre

A tabela seguinte apresenta de forma consolidada as receitas e despesas globais executadas até Junho de 2016.



TRIBUNAL DE RECURSO
CAMARA DE CONTAS

Tabela 8 – Receita e despesa global – categoria económica até ao 2T

(USD \$'000)

Rubrica	Orçament o Final 2T	Peso Orçament o Final	Execução 2T 2016	Peso Execução	Taxa execução 2T 2016	Execução 2T 2015	% Var Execução 2T 2016/2015
Receita e Financiamento							
Receita Doméstica	171,400	11.0%	92,217	14.8%	53.8%	72,737	27%
Receita de Capital - Petróleo	1,283,830	82.2%	440,000	70.8%	34.3%	445,000	-1%
Empréstimo	107,003	6.8%	11,482	1.8%	10.7%	6,306	82%
Reservas de dinheiro	0	0.0%	77,962	12.5%	-	0	-
Saldo 2015 transitado dos fundos esp	0	-	0	-	-	-	-
Total Receita	1,562,233	100.0%	621,661	100.0%	39.8%	524,043	19%
Despesa							
Despesas Recorrentes	1,106,919	70.9%	497,619	80.0%	45.0%	416,040	20%
Despesa Capital Menor	18,844	1.2%	447	0.1%	2.4%	5,600	-92%
Despesa Capital Desenvolvimento	436,470	27.9%	123,595	19.9%	28.3%	45,068	174%
Total Despesa	1,562,233	100.0%	621,661	100.0%	39.8%	466,708	33%
Peso receita doméstica/despesa		11.0%		14.8%			15.6%

Fonte: Relatório Execução Orçamental 2ºT 2016, OGE 2016

Obs: Inclui receitas e despesas das instituições auto financiadas, e despesas de todos os fundos

Observa-se que as receitas domésticas contribuíram com cerca de 14,8% dos gastos efetuados, tendo registado uma variação positiva de 27% face ao registado no período homólogo do ano anterior.

As receitas de empréstimos públicos tiveram melhor performance que o verificado no mesmo período de 2015, apresentando uma variação positiva na execução de 82% face ao ano anterior.

As receitas de capitais levantadas no total de 440.000 milhares de USD contribuíram com cerca de 70,8% da execução global até ao final de Junho.

As despesas de capital e desenvolvimento, que incluem as despesas do FI, foram executadas a 28,3%, que apesar de fraco, foi muito superior ao registado no mesmo período de 2015. Em suma as despesas de capital e desenvolvimento aumentaram em 174% comparativamente ao período homólogo de 2015.

Execução Global do Primeiro ao Terceiro Trimestre

A seguir, o panorama geral da execução orçamental de Janeiro a Setembro de 2016.



TRIBUNAL DE RECURSO
CAMARA DE CONTAS

Tabela 9 – Receita e despesa global – categoria económica até ao 3T

(USD \$'000)

Rubrica	Orçamento Inicial	Orçamento Final 3T	Variação	Peso Orçament o Final 3T	Execução 3T 2016	Peso Execução	Taxa execução 3T 2016	Execução 3T 2015	% Var Execução 3T 2016/2015
Receita e Financiamento									
Receita Doméstica	171,400	171,417	0%	8.8%	136,868	14.8%	79.8%	108,219	26%
Receita de Capital - Petróleo	1,283,830	1,674,518	30%	85.7%	644,800	69.7%	38.5%	638,500	1%
Empréstimo	107,003	107,003	0%	5.5%	15,921	1.7%	14.9%	10,368	54%
Reservas de dinheiro	0	0	-	0.0%	127,868	13.8%	-	14,557	778%
Saldo 2015 transitado dos fundos esp	0	0	-	-	0	-	-	-	-
Total Receita	1,562,233	1,952,938	25%	100.0%	925,457	100.0%	47.4%	771,644	20%
Despesa									
Despesas Recorrentes	1,106,919	1,106,919	0%	56.7%	713,584	77.1%	64.5%	654,966	9%
Despesa Capital Menor	18,844	18,844	0%	1.0%	3,970	0.4%	21.1%	10,114	-61%
Despesa Capital Desenvolvimento	436,470	827,175	90%	42.4%	207,902	22.5%	25.1%	106,564	95%
Total Despesa	1,562,233	1,952,938	25%	100.0%	925,457	100.0%	47.4%	771,644	20%
Peso receita doméstica/despesa	11.0%	8.8%			14.8%		14.0%		

Fonte: Relatório Execução Orçamental 3ºT 2016, OGE 2016

Obs: Inclui receitas e despesas das instituições auto financiadas, e despesas de todos os fundos

Observa-se que a alteração orçamental ocorrida deveu-se a um aumento de 30% das verbas anteriormente previstas a ser levantadas do Fundo Petrolífero. No entanto, o levantamento efetuado até Setembro foi de apenas 644.800 milhares de USD contra os 1.674.518 milhares de USD previstos, à semelhança do verificado no mesmo período de 2015.

As receitas domésticas tiveram boa performance atingindo os 79,8% de execução e 26% a mais do cobrado em igual período de 2015.

As reservas de dinheiro existentes suportaram a execução do orçamento no período em 13,8%.

As despesas de capital menor tiveram uma execução fraca de janeiro a setembro tendo alcançado uma execução de 21,1% apenas durante todo o período. No entanto representam uma parcela irrisória no Orçamento do Estado e que não influencia diretamente a boa execução global do Orçamento do Estado.

Conforme se verifica na tabela acima, as despesas de capital de desenvolvimento sofreram uma variação de 90% por via de orçamento rectificativo, incluindo verbas de empréstimos, e no entanto foram executadas a 25,1% apenas no período em análise. Todavia, a performance desta despesa foi muito superior da registada no período homólogo de 2015.

A nível geral, a execução orçamental da receita e da despesa até setembro de 2016 foi melhor do que a do período homólogo de 2015. A Receita consolidada, exceto reservas de dinheiro, atingiu os



TRIBUNAL DE RECURSO
CAMARA DE CONTAS

797.589 milhares de USD e a Despesa consolidada dos Serviços Simples, FSA e Fundo Especial DFCH atingiu os 925.457 milhares de USD até ao terceiro trimestre, ou seja, cerca de 14% das despesas efetuadas foram cobertos com recurso a reservas de dinheiro existentes em caixa.

Sobre esta questão, além do comentário anterior, em sede de contraditório o Ministro referiu também que adicionalmente ao facto desta utilização não poder ser previsto, o ponto crítico a considerar é se o Tesouro tivesse retido de forma desnecessária elevados saldos em qualquer momento do ano, poderia traduzir-se na adoção de práticas ineficientes de Gestão de Caixa por parte do Tesouro.

Referiu ainda que até ao momento nenhuma situação dessas ocorreu. Em muitos casos o Tesouro tem sido muito vigilante na limitação das posições de caixa de todo o momento, especialmente no final do ano.

3.4.3 Serviços e Fundos Autónomos, incluindo o FI

Tendo em conta o **Anexo III** da Lei do Orçamento Geral do Estado de 2016, as despesas previstas dos FSA são suportadas, quase na sua totalidade, com “Dotações do OGE”. Com exceção das verbas alocadas ao Fundo de Infra-estruturas, e à Autoridade da Região Administrativa Especial de Oe-cusse Ambeno e Zona Especial de Economia Social de Mercado de Oe-cusse Ambeno e Ataúro (ZEESM) o total das despesas previstas pelos FSA ascende os 86.264 milhares de USD a serem executadas na sua maioria com recurso a transferências de verbas da conta do FCTL.

Execução Orçamental das Instituições que cobram receitas próprias até ao Primeiro Trimestre

A tabela que segue evidencia as receitas cobradas e as despesas efetuadas por 10 das 19 Instituições (FSA) com permissão para arrecadar receitas próprias entre Janeiro e Março de 2016:

Tabela 10 – Receita vs Despesa - instituições auto financiadas até ao Primeiro trimestre

Entidades	Financiamento OGE	Receitas Próprias		Taxa Execução Receita Própria	Despesas		Taxa Execução Despesa 1 T 2016
	Previstas	Previstas	Executadas 1T 2016		Previstas	Executadas 1T 2016	
AEI	968	9	0	0.0%	976	72	7.4%
SERVE	391	411	79	19.2%	802	366	45.6%
IPDFPB/ CENTRO BAMBU	347	248	11	4.4%	354	66	18.6%
HNGV	6,103	157	47	29.9%	6,260	1,051	16.8%
SAMES	5,945	1	1	100.0%	5,946	110	1.8%
IGE	2,238	148	20	13.5%	2,386	1,151	48.2%
ANATL	0	2,460	577	23.5%	1,068	87	8.1%
APORTIL	0	4,730	983	20.8%	2,573	26	1.0%
UNTL	11,221	690	332	48.1%	11,911	1,831	15.4%
TRIBUNAIS	3,826	22	11	50.0%	3,848	564	14.7%
Total	31,039	8,876	2,060	23.2%	36,124	5,324	14.7%

Fonte: OE 2016, Relatório Execução Orçamental 1T 2016



TRIBUNAL DE RECURSO
CAMARA DE CONTAS

As instituições constantes da tabela acima são altamente financiadas pelo OGE. A nível geral, 24,6% das receitas próprias previstas cobre o seu orçamento e o restante com recurso a dotações orçamentais transferidas às mesmas.

A instituição responsável pela maior cobrança de receitas próprias é a APORTIL (mais de metade), em que a execução esteve na ronda dos 20,8%, ao passo que esta entidade foi a que teve menor despesa executada no período de 26 milhares de USD (taxa de execução de 1% apenas, ou seja, fraquíssima).

Observa-se que as despesas da UNTL foram executadas a 15,4%, sendo estas que constituem as de maior peso nas despesas destas instituições. Tanto o IGE como o SERVE alcançaram execuções acima dos 45% no primeiro trimestre.

Durante o período em análise, as 10 instituições acima tiveram em conjunto uma taxa de execução de 14,7% no contexto em que pela primeira vez foram responsáveis pela sua própria execução orçamental e financeira.

A par da execução orçamental das 10 instituições constantes da tabela acima, outras 22, que não cobram receitas próprias, foram responsáveis pela sua própria execução orçamental, incluindo o Fundo de Infra-estruturas. Assim, o **Anexo 1** evidencia a execução orçamental global da despesa até ao primeiro trimestre das despesas das 32 instituições autónomas constituídas no início de 2016, onde em conjunto alcançaram uma taxa de execução da despesa de 3,6% e um valor executado de 17.181 milhares de USD (incluindo os pagamentos por via de adiantamentos concedidos), dos quais 6.134 milhares de USD respeitam a despesa do FI (incluindo os pagamentos por via de adiantamentos concedidos bem como despesas operacionais do Fundo).

Execução Orçamental das Instituições que cobram receitas próprias do Primeiro ao Segundo Trimestre

De Janeiro a Junho, a execução global das despesas das entidades arrecadadoras de receitas próprias foi de apenas 30,1%, apesar das transferências periódicas das dotações orçamentais, ao passo que a cobrança de receitas próprias teve melhor performance, atingindo os 51,3% ao longo do período, conforme se pode ver na tabela abaixo:



TRIBUNAL DE RECURSO
CAMARA DE CONTAS

Tabela 11 – Receita vs Despesa - instituições auto financiadas do Primeiro ao Segundo trimestre

USD'000

Entidades	Financiamento OGE	Receitas Próprias		Taxa Execução Receita Própria	Despesas		Taxa Execução Despesa 2T 2016
	Previstas	Previstas	Executadas 2T 2016		Previstas	Executadas 2T 2016	
AEI	968	9	0	0.0%	976	345	35.3%
SERVE	391	411	160	38.9%	802	427	53.2%
IPDFPB/ CENTRO BAMBU	347	248	58	23.4%	354	135	38.1%
HNGV	6,103	157	109	69.4%	6,260	2,429	38.8%
SAMES	5,945	1	1	100.0%	5,946	316	5.3%
IGE	2,238	148	38	25.7%	2,386	315	13.2%
ANATL	0	2,460	1,404	57.1%	1,068	204	19.1%
APORTIL	0	4,730	2,429	51.4%	2,573	541	21.0%
UNTL	11,221	690	335	48.6%	11,911	4,780	40.1%
TRIBUNAIS	3,826	22	19	86.4%	3,848	1,379	35.8%
Total	31,039	8,876	4,553	51.3%	36,124	10,871	30.1%

Fonte: OE 2016, Relatório Execução Orçamental 2ºT 2016

No que concerne a cobrança das receitas próprias, verifica-se que quase não houve cobrança entre Abril e Junho pela UNTL devido à cobrança de receita de forma sazonal. Por outro lado, a APORTIL e a ANATL tiveram performances satisfatórias na arrecadação das suas receitas próprias.

Observa-se que a SAMES teve uma execução fraquíssima (5,3%) das despesas propostas, sendo que nenhuma informação a respeito consta do Relatório da execução orçamental até ao segundo trimestre e que justificasse tal facto. Importa realçar que no caso de necessidade da execução de boa parte do orçamento nos primeiros meses do ano, a Direção Geral do Tesouro emitiu um comunicado que o permite mediante pedido das entidades devidamente justificado, a fim de evitar dificuldades na execução orçamental.

Regista-se, por outro lado, que a maior despesa efetuada é a da UNTL, que compreende quase a metade das despesas executadas pelas Instituições Autónomas.

A par da execução orçamental destas instituições, o Anexo 2 reporta a execução orçamental global da despesa até ao segundo trimestre de todas as 32 instituições autónomas, incluindo o Fundo das Infra-estruturas, e exceto o ZEESM, que totalizaram os 144.683 milhares de USD e uma taxa de 30,1% de execução face ao orçamento inicial. Em geral, a execução das despesas destes FSA rondou os 30%, exceto o FI.

Execução Orçamental das Instituições que cobram receitas próprias do Primeiro ao Terceiro Trimestre

Ao final do terceiro trimestre, às 32 Instituições Autónomas foram transferidas a 100% das suas dotações orçamentais previstas, cf. tabela que segue:



TRIBUNAL DE RECURSO
CAMARA DE CONTAS

Tabela 12 – Receita vs Despesa - instituições auto financiadas do Primeiro ao Terceiro trimestre

USD'000

Entidades	Financiamento OGE	Receitas Próprias		Taxa Execução Receita Própria	Despesas		Taxa Execução Despesa 3T 2016
	Previstas	Previstas	Executadas 3T 2016		Previstas	Executadas 3T 2016	
AEI	968	9	0	0.0%	976	596	61.1%
SERVE	391	411	233	56.7%	802	562	70.1%
IPDFPB/ CENTRO BAMBU	347	248	63	25.4%	354	203	57.3%
HNGV	6,103	157	193	122.9%	6,260	4,094	65.4%
SAMES	5,945	1	1	100.0%	5,946	807	13.6%
IGE	2,238	148	89	60.1%	2,386	786	32.9%
ANATL	0	2,460	1,944	79.0%	1,068	683	64.0%
APORTIL	0	4,730	3,445	72.8%	2,573	878	34.1%
UNTL	11,221	690	632	91.6%	11,911	7,643	64.2%
TRIBUNAIS	3,826	22	113	513.6%	3,848	2,294	59.6%
Total	31,039	8,876	6,713	75.6%	36,124	18,546	51.3%

Fonte: OE 2016, Relatório Execução Orçamental 3ºT 2016

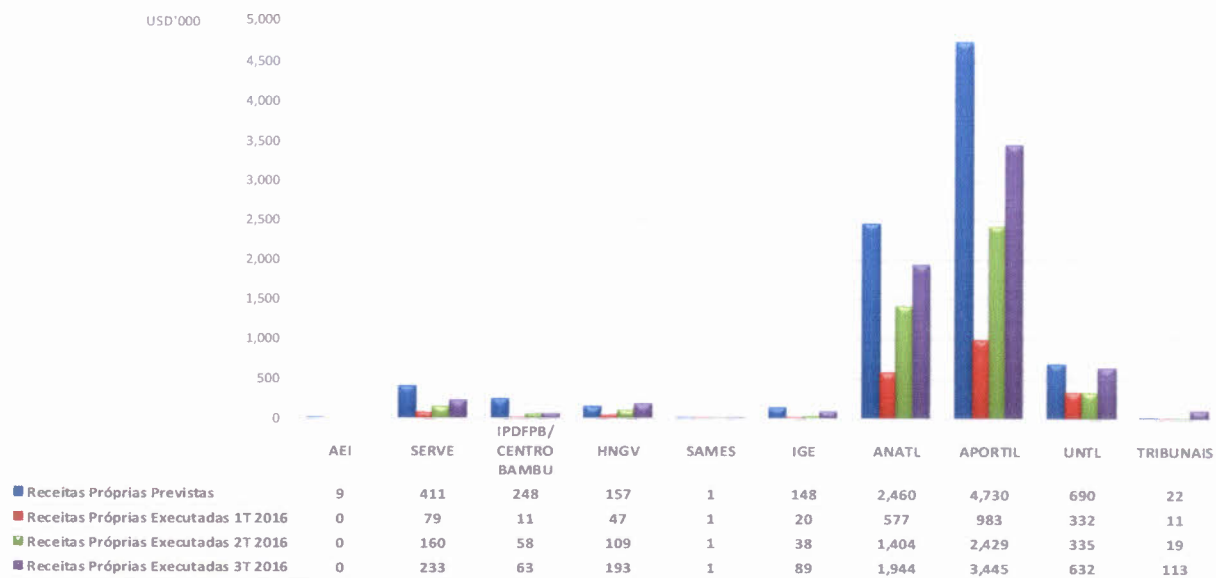
Porém a nível global, a execução da despesa dos 10 FSA acima, só foi alcançada a 51,3% apenas, enquanto as suas receitas próprias alcançaram uma taxa de 75,6%, ou seja, cobrança consistente ao longo dos trimestres. O Anexo 3 apresenta a relação das 32 instituições autónomas, da sua execução orçamental global da despesa de Janeiro a Setembro, face ao orçamento retificativo de Agosto de 2016, tendo-se registado, por conta do FI, uma taxa de execução de 28,2%, ou seja inferior ao registado no período entre Janeiro e Junho, uma vez que o Orçamento foi alterado. Porém tendo em conta as despesas efetuadas e os compromissos assumidos, verifica-se que cerca de metade do orçamento foi comprometida/paga. Exceto o FI, a execução da despesa dos 31 FSA atingiu os 50.859 milhares de USD face aos 86.264 milhares de USD propostos (taxa de execução de 59%).

A figura que segue ilustra a evolução ao longo dos três trimestres da cobrança das receitas próprias pelas 10 Instituições Autónomas com autorização para cobrar receitas do Estado.



TRIBUNAL DE RECURSO
CAMARA DE CONTAS

Figura 1 – Evolução da cobrança das receitas próprias pelas IA ao longo dos três trimestres





TRIBUNAL DE RECURSO
CÂMARA DE CONTAS

IV. CONCLUSÕES

Face ao que foi exposto no presente relatório cumpre agora elencar as conclusões que se extraem da execução orçamental de Janeiro a Setembro de 2016.

Receita

1. A taxa de execução da Receita, exceto empréstimos, foi de 42% ao final do terceiro trimestre, e não os 54% apresentados no Relatório de Execução Orçamental até ao Terceiro Trimestre de 2016, *ref. Ponto 3.1.*
2. Persistiu um crescimento consistente das *receitas domésticas* ao longo dos três trimestres atingindo taxas de execução de 23%, 54% e 80%, respetivamente, *ref. Ponto 3.1.1.*
3. A execução da Receita de *imposto corporativo* ultrapassou largamente a previsão já no segundo trimestre atingindo uma taxa de execução de 135% e de 154% ao final do terceiro trimestre, sem as devidas explicações nos Relatórios de execução orçamental, *ref. Ponto 3.1.1.1.*
4. As receitas registadas da sub-rubrica de receitas de *outros empregados* atingiram ao final do segundo trimestre uma taxa de execução de 189%, à semelhança do que se vem verificando nos anos transatos, e uma taxa de execução elevada de 302% ao final do terceiro trimestre. Ou seja, o Ministério das Finanças não tem conseguido corrigir esta situação apesar de sucessivas recomendações do Tribunal, *ref. Ponto 3.1.1.1.*
5. Foram levantados o equivalente a 38,5% de verbas do Fundo Petrolífero previstas tendo as mesmas sido utilizadas para cobrir aproximadamente 72,9% de todas as despesas efetuadas até ao terceiro trimestre, *ref. Ponto 3.1.2.*

Despesa

6. A sub-rubrica de *Outros Serviços Diversos e a de Outros Serviços Operacionais* da categoria de Bens e Serviços apresentaram valores estimados significativos, o que não vai ao encontro do princípio da especificação emanando no n.º 1 do artigo 7º da LOGF que diz que “o Orçamento do Estado deve especificar suficientemente as receitas nele previstas e as despesas nele fixadas, situação que persiste desde anos anteriores, *ref. Ponto 3.2.1.1.*
7. A rubrica de despesa com *Aquisição de Edifícios* teve uma taxa de execução elevada de 433% a acrescer aos montantes comprometidos no total de 1.512 milhares de USD ao fim do trimestre, ou seja, sem cobertura orçamental na própria rubrica, e sem se proceder às devidas alterações orçamentais, *ref. Ponto 3.2.1.1.*
8. Regista-se um crescimento equilibrado da execução orçamental da Despesa do FCTL ao longo dos três trimestres, embora fraca até ao terceiro trimestre, derivado da fraca execução do Fundo de Infra-estruturas, *ref. Ponto 3.2.1.2.*



TRIBUNAL DE RECURSO
CAMARA DE CONTAS

9. O Programa de *Tasi Mane* do Fundo de Infra-estruturas foi executado a 82,6% até ao segundo trimestre face ao orçamento original, ou seja, quase esgotado ao meio do ano, tendo resultado num aumento significativo da verba prevista por via de orçamento retificativo, *ref. Ponto 3.2.1.3.*
10. Os *Relatórios de Execução Orçamental* intercalares não desagregam os gastos efetuados nos programas com recurso a desembolsos de cada financiador não permitindo a sua comparação face ao orçamento previsto, *ref. Ponto 3.2.1.3.*
11. A execução global das despesas do FI até Setembro atingiu apenas os 24,9% face ao orçamento retificativo, ou seja muito baixo, à semelhança do verificado ao terceiro trimestre de 2015 (26%), podendo conduzir a pagamentos elevados concentrados no último trimestre do ano, *ref. Ponto 3.2.1.3.*

Execução Global

12. Em 2016, a RTTL deixou de ser incluída nas contas passando a constar apenas as verbas de transferências efetuadas à mesma, *ref. Ponto 3.4.1.*
13. Para a cobertura das despesas necessárias ao longo dos trimestres foram utilizadas verbas de reservas de dinheiro em caixa, apesar de não estabelecido no OGE, *ref. Ponto 3.4.2.*
14. A Receita consolidada, exceto reservas de dinheiro, atingiu os 797.589 milhares de USD e a Despesa consolidada dos Serviços Simples, FSA e Fundo Especial DFCH atingiu os 925.457 milhares de USD até ao terceiro trimestre, *pelo que cerca de 14% das despesas efetuadas foram cobertos com recurso a reservas de dinheiro ref. Ponto 3.4.2.*



TRIBUNAL DE RECURSO
CAMARA DE CONTAS

V. RECOMENDAÇÕES

Tendo em conta as conclusões acima seguem as seguintes recomendações.

1. A fim de evitar a apresentação de dados não realísticos nos Relatórios intercalares, o Ministério responsável pela área das Finanças deve tomar as medidas cabíveis no sentido de atualizar e extrair a informação real da execução versus estimativas em vigor ao final do trimestre em reporte através dos Relatórios de Execução Orçamental trimestrais, *ref. Ponto 3.1;*
2. Sempre que se verifiquem desvios elevados na execução tanto das receitas como das despesas em relação às suas estimativas, os mesmos devem ser justificados, conforme se recomenda nos Relatórios e Pareceres da Conta Geral do Estado de 2011 a 2015, *ref. Ponto 3.1.1.1;*
3. Deve-se ter em atenção a recomendação formulada nos Relatórios e Pareceres da Conta Geral do Estado de 2012 a 2015 relativamente à estimação e individualização em rubricas orçamentais próprias das despesas registadas nas rubricas de Outros Serviços Diversos e de Outros Serviços Operacionais, assim como efetuar maior controlo das despesas por *item* a fim de evitar pagamentos sem cobertura orçamental, ou seja, superiores à estimação na respetiva rubrica, *ref. Ponto 3.2.1.1;*
4. Que sejam devidamente desagregados os gastos efetuados através de cada projeto financiado com recurso a empréstimos contraídos, ou seja por via de desembolsos, permitindo a sua comparação face ao correspondente valor inscrito no orçamento, *ref. Ponto 3.2.1.3;*
5. Em caso de utilização de verbas de reservas de dinheiro em caixa ao longo do ano, sem estar previsto no OGE, este facto tem de ser refletido no orçamento corrente, por via de alterações orçamentais da competência do Governo ou do Parlamento bem como ajustar as receitas de Fundo Petrolífero que não serão sacrificadas dada a existência de disponibilidades, *ref. Ponto 3.4.2.*



TRIBUNAL DE RECURSO
CAMARA DE CONTAS

VI. DECISÃO

Pelo exposto, nos termos do n.º 3 do artigo 129º, n.º 3 do artigo 145º e 164.º da CRDTL, e artigo 28º da LOCC, os Juízes do Tribunal de Recurso decidem:

1 – Aprovar este Relatório de Acompanhamento de Execução Orçamental do Primeiro até ao Terceiro Trimestre de 2016.

2 – Que o relatório seja remetido a:

- a) Parlamento Nacional, nos termos das alíneas d) e e) do n.º 3 do artigo 95º da CRDTL;
- b) Ministério do Plano e Finanças;
- c) Direcção-Geral das Finanças do Estado;
- d) Direcção-Geral do Tesouro;
- d) Ministério Público, nos termos do artigo 23º da LOCC.

3 – Que o Relatório seja divulgado no sítio da *internet* dos Tribunais.

Díli, 23 de Abril de 2018.

O Coletivo de Juízes do Tribunal de Recurso.


Deolindo dos Santos, *Presidente e Relator*


Guilhermino da Silva


Maria Natércia Gusmão Pereira



TRIBUNAL DE RECURSO
CAMARA DE CONTAS

VII. ANEXOS

Anexo 1 - Execução orçamental das despesas dos FSA até ao Primeiro trimestre de 2016

USD'000									
Item	Entidade Autônoma	Fundos	Orçamento aprovado	Orçamento Atual 1 T	Variação %	Execução despesa 1T	% peso	Ex. Execução	Total Despesas e compromissos
1	Agência Especializada de Investimento - AEI	Fundo FCTL (DO + Receitas própr Donativos	977 0	977 0	0% 0%	72 0 -	0.4% -	7.4% -	338 0
	Sub total		977	977	0%	72	0.4%	7.4%	338
2	Arquivo e Museu da Resistência Timorense - AMRT	Fundo FCTL (DO + Receitas própr Donativos	1376 0	1376 0	0% 0%	44 0 -	0.3% -	3.2% -	117 0
	Sub total		1376	1376	0%	44	0.3%	3.2%	117
3	Agência Nacional para Avaliação e Acreditação Académica - ANAAA	Fundo FCTL (DO + Receitas própr Donativos	197 0	197 0	0% 0%	4 0 -	0.0% -	2.0% -	24 0
	Sub total		197	197	0%	4	0.0%	2.0%	24
4	Agência reguladora das Comunicações - ANC	Fundo FCTL (DO + Receitas própr Donativos	838 0	838 0	0% 0%	133 0 -	0.8% -	15.9% -	271 0
	Sub total		838	838	0%	133	0.8%	15.9%	271
5	Administração dos Portos de Timor-Leste - APORTEL	Fundo FCTL (DO + Receitas própr Donativos	2573 0	2573 0	0% 0%	26 0 -	0.2% -	1.0% -	53 0
	Sub total		2573	2573	0%	26	0.2%	1.0%	53
6	ANATL	Fundo FCTL (DO + Receitas própr Donativos	1068 0	1068 0	0% 0%	87 0 -	0.5% -	8.1% -	87 0
	Sub total		1068	1068	0%	87	0.5%	8.1%	87
7	Centro Bambu	Fundo FCTL (DO + Receitas própr Donativos	354 0	354 0	0% 0%	66 0 -	0.4% -	18.6% -	67 0
	Sub total		354	354	0%	66	0.4%	18.6%	67
8	CAC	Fundo FCTL (DO + Receitas própr Donativos	1566 0	1566 0	0% 0%	226 0 -	1.3% -	14.4% -	325 0
	Sub total		1566	1566	0%	226	1.3%	14.4%	325
9	CFP	Fundo FCTL (DO + Receitas própr Donativos	2202 0	2202 0	0% 0%	315 0 -	1.8% -	14.3% -	610 0
	Sub total		2202	2202	0%	315	1.8%	14.3%	610
10	CI	Fundo FCTL (DO + Receitas própr Donativos	700 0	700 0	0% 0%	0 0 -	0.0% -	0.0% -	0 0
	Sub total		700	700	0%	0	0.0%	0.0%	0
11	CNE	Fundo FCTL (DO + Receitas própr Donativos	8390 0	8390 0	0% 0%	301 0 -	1.8% -	3.6% -	342 0
	Sub total		8390	8390	0%	301	1.8%	3.6%	342
12	CNR	Fundo FCTL (DO + Receitas própr Donativos	691 0	691 0	0% 0%	109 0 -	0.6% -	15.8% -	303 0
	Sub total		691	691	0%	109	0.6%	15.8%	303
13	GFM	Fundo FCTL (DO + Receitas própr Donativos	500 0	500 0	0% 0%	92 0 -	0.5% -	18.4% -	274 0
	Sub total		500	500	0%	92	0.5%	18.4%	274
14	HNGV	Fundo FCTL (DO + Receitas própr Donativos	6260 0	6260 0	0% 0%	1051 0 -	6.1% -	16.8% -	1722 0
	Sub total		6260	6260	0%	1051	6.1%	16.8%	1722
15	IADE	Fundo FCTL (DO + Receitas própr Donativos	1277 0	1277 0	0% 0%	138 0 -	0.8% -	10.8% -	311 0
	Sub total		1277	1277	0%	138	0.8%	10.8%	311



TRIBUNAL DE RECURSO
CAMARA DE CONTAS

USD'000									
Item	Entidade Autónoma	Fundos	Orçamento aprovado	Orçamento Atual 1 T	Variação %	Execução despesa 1T	% peso	Tx. Execução	Total Despesas e compromissos
16	IDN	Fundo FCTL (DO + Receitas própr	959	959	0%	118	0.7%	12.3%	249
		Donativos	0	0		0 -	-	-	0
	Sub total		959	959	0%	118	0.7%	12.3%	249
17	IGE	Fundo FCTL (DO + Receitas própr	840	840	0%	69	0.4%	8.2%	281
		Donativos	0	0		0 -	-	-	0
	Sub total		840	840	0%	69	0.4%	8.2%	281
18	INAP	Fundo FCTL (DO + Receitas própr	448	448	0%	70	0.4%	15.6%	70
		Donativos	0	0		0 -	-	-	0
	Sub total		448	448	0%	70	0.4%	15.6%	70
19	INS	Fundo FCTL (DO + Receitas própr	518	518	0%	59	0.3%	11.4%	176
		Donativos	0	0		0 -	-	-	0
	Sub total		518	518	0%	59	0.3%	11.4%	176
20	Laboratório Nacional	Fundo FCTL (DO + Receitas própr	504	504	0%	94	0.5%	18.7%	173
		Donativos	0	0		0 -	-	-	0
	Sub total		504	504	0%	94	0.5%	18.7%	173
21	PGR	Fundo FCTL (DO + Receitas própr	2942	2942	0%	520	3.0%	17.7%	1129
		Donativos	0	0		0 -	-	-	0
	Sub total		2942	2942	0%	520	3.0%	17.7%	1129
22	Instituto de Gestão de Equipamentos	Fundo FCTL (DO + Receitas própr	2386	2386	0%	115	0.7%	4.8%	115
		Donativos	0	0		0 -	-	-	0
	Sub total		2386	2386	0%	115	0.7%	4.8%	115
23	Parlamento Nacional	Fundo FCTL (DO + Receitas própr	15167	15167	0%	2787	16.2%	18.4%	5138
		Donativos	0	0		0 -	-	-	0
	Sub total		15167	15167	0%	2787	16.2%	18.4%	5138
24	Presidência da República	Fundo FCTL (DO + Receitas própr	6800	6800	0%	1169	6.8%	17.2%	2784
		Donativos	0	0		0 -	-	-	0
	Sub total		6800	6800	0%	1169	6.8%	17.2%	2784
25	PCIC	Fundo FCTL (DO + Receitas própr	1359	1359	0%	171	1.0%	12.6%	171
		Donativos	0	0		0 -	-	-	0
	Sub total		1359	1359	0%	171	1.0%	12.6%	171
26	SAMES	Fundo FCTL (DO + Receitas própr	5946	5946	0%	110	0.6%	1.8%	5327
		Donativos	0	0		0 -	-	-	0
	Sub total		5946	5946	0%	110	0.6%	1.8%	5327
27	SENAI	Fundo FCTL (DO + Receitas própr	163	163	0%	25	0.1%	15.3%	65
		Donativos	0	0		0 -	-	-	0
	Sub total		163	163	0%	25	0.1%	15.3%	65
28	SERVE	Fundo FCTL (DO + Receitas própr	802	802	0%	366	2.1%	45.6%	485
		Donativos	0	0		0 -	-	-	0
	Sub total		802	802	0%	366	2.1%	45.6%	485
29	SNI	Fundo FCTL (DO + Receitas própr	2702	2702	0%	315	1.8%	11.7%	474
		Donativos	0	0		0 -	-	-	0
	Sub total		2702	2702	0%	315	1.8%	11.7%	474
30	Tribunais	Fundo FCTL (DO + Receitas própr	3848	3848	0%	564	3.3%	14.7%	1008
		Donativos	0	0		0 -	-	-	0
	Sub total		3848	3848	0%	564	3.3%	14.7%	1008
31	UNTL	Fundo FCTL (DO + Receitas própr	11911	11911	0%	1831	10.7%	15.4%	1831
		Donativos	0	0		0 -	-	-	0
	Sub total		11911	11911	0%	1831	10.7%	15.4%	1831
32	Fundo Infra-estruturas	Fundo FCTL (DO + Receitas própr	286765	286765	0%	1722	10.0%	0.6%	67668
		Loans	107003	107003	0%	4412	25.7%	4.1%	4412
	Sub total		393768	393768	0%	6134	35.7%	1.6%	72080
	Total Geral		480,032.00	480,032.00	0%	17,181.00	100%	3.6%	96,400.00

Fonte: Relatório de Execução do 1 Trimestre de 2016, OGE 2016



TRIBUNAL DE RECURSO
CAMARA DE CONTAS

Anexo 2 - Execução orçamental das despesas dos FSA do Primeiro ao Segundo trimestre de 2016

USD'000

Item	Entidade Autónoma	Fundos	Orçamento aprovado	Orçamento Atual 2 T	Variação %	Execução despesa 2T	% peso	Tx. Execução	Total Despesas e compromissos
1	Agência Especializada de Investimento - AEI	Fundo FCTL (DO + Receitas própr Donativos	977 0	977 0	0% 	345 0 -	0.2% 	35.3% 	713 0
	Sub total		977	977	0%	345	0.2%	35.3%	713
2	Arquivo e Museu da Resistência Timorense - AMRT	Fundo FCTL (DO + Receitas própr Donativos	1376 0	1376 0	0% 	303 0 -	0.2% 	22.0% 	403 0
	Sub total		1376	1376	0%	303	0.2%	22.0%	403
3	Agência Nacional para Avaliação e Acreditação Académica - ANAAA	Fundo FCTL (DO + Receitas própr Donativos	197 0	197 0	0% 	65 0 -	0.0% 	33.0% 	117 0
	Sub total		197	197	0%	65	0.0%	33.0%	117
4	Agência reguladora das Comunicações - ANC	Fundo FCTL (DO + Receitas própr Donativos	838 0	838 0	0% 	310 0 -	0.2% 	37.0% 	450 0
	Sub total		838	838	0%	310	0.2%	37.0%	450
5	Administração dos Portos de Timor-Leste - APORTIL	Fundo FCTL (DO + Receitas própr Donativos	2573 0	2573 0	0% 	541 0 -	0.4% 	21.0% 	1022 0
	Sub total		2573	2573	0%	541	0.4%	21.0%	1022
6	ANATL	Fundo FCTL (DO + Receitas própr Donativos	1068 0	1068 0	0% 	204 0 -	0.1% 	19.1% 	537 0
	Sub total		1068	1068	0%	204	0.1%	19.1%	537
7	Centro Bambu	Fundo FCTL (DO + Receitas própr Donativos	354 0	354 0	0% 	135 0 -	0.1% 	38.1% 	137 0
	Sub total		354	354	0%	135	0.1%	38.1%	137
8	CAC	Fundo FCTL (DO + Receitas própr Donativos	1566 0	1566 0	0% 	485 0 -	0.3% 	31.0% 	634 0
	Sub total		1566	1566	0%	485	0.3%	31.0%	634
9	CFP	Fundo FCTL (DO + Receitas própr Donativos	2202 0	2202 0	0% 	705 0 -	0.5% 	32.0% 	1426 0
	Sub total		2202	2202	0%	705	0.5%	32.0%	1426
10	CI	Fundo FCTL (DO + Receitas própr Donativos	700 0	700 0	0% 	0 0 -	0.0% 	0.0% 	164 0
	Sub total		700	700	0%	0	0.0%	0.0%	164
11	CNE	Fundo FCTL (DO + Receitas própr Donativos	8390 0	8390 0	0% 	739 0 -	0.5% 	8.8% 	1113 0
	Sub total		8390	8390	0%	739	0.5%	8.8%	1113
12	CNR	Fundo FCTL (DO + Receitas própr Donativos	691 0	691 0	0% 	260 0 -	0.2% 	37.6% 	423 0
	Sub total		691	691	0%	260	0.2%	37.6%	423
13	GFM	Fundo FCTL (DO + Receitas própr Donativos	500 0	500 0	0% 	198 0 -	0.1% 	39.6% 	328 0
	Sub total		500	500	0%	198	0.1%	39.6%	328
14	HNGV	Fundo FCTL (DO + Receitas própr Donativos	6260 0	6260 0	0% 	2429 0 -	1.7% 	38.8% 	3150 0
	Sub total		6260	6260	0%	2429	1.7%	38.8%	3150
15	IADE	Fundo FCTL (DO + Receitas própr Donativos	1277 0	1277 0	0% 	409 0 -	0.3% 	32.0% 	596 0
	Sub total		1277	1277	0%	409	0.3%	32.0%	596



TRIBUNAL DE RECURSO
CAMARA DE CONTAS

USD'000

Item	Entidade Autónoma	Fundos	Orçamento aprovado	Orçamento Atual 2 T	Variação %	Execução despesa 2T	% peso	Tx. Execução	Total Despesas e compromissos
16	IDN	Fundo FCTL (DO + Receitas própr	959	959	0%	263	0.2%	27.4%	397
		Donativos	0	0		0 -	-		0
	Sub total		959	959	0%	263	0.2%	27.4%	397
17	IGE	Fundo FCTL (DO + Receitas própr	840	840	0%	341	0.2%	40.6%	438
		Donativos	0	0		0 -	-		0
	Sub total		840	840	0%	341	0.2%	40.6%	438
18	INAP	Fundo FCTL (DO + Receitas própr	448	448	0%	152	0.1%	33.9%	162
		Donativos	0	0		0 -	-		0
	Sub total		448	448	0%	152	0.1%	33.9%	162
19	INS	Fundo FCTL (DO + Receitas própr	518	518	0%	140	0.1%	27.0%	250
		Donativos	0	0		0 -	-		0
	Sub total		518	518	0%	140	0.1%	27.0%	250
20	Laboratório Nacional	Fundo FCTL (DO + Receitas própr	504	504	0%	177	0.1%	35.1%	276
		Donativos	0	0		0 -	-		0
	Sub total		504	504	0%	177	0.1%	35.1%	276
21	PGR	Fundo FCTL (DO + Receitas própr	2942	2942	0%	1103	0.8%	37.5%	1864
		Donativos	0	0		0 -	-		0
	Sub total		2942	2942	0%	1103	0.8%	37.5%	1864
22	Instituto de Gestão de Equipamentos	Fundo FCTL (DO + Receitas própr	2386	2386	0%	315	0.2%	13.2%	762
		Donativos	0	0		0 -	-		0
	Sub total		2386	2386	0%	315	0.2%	13.2%	762
23	Parlamento Nacional	Fundo FCTL (DO + Receitas própr	15167	15167	0%	5671	3.9%	37.4%	8017
		Donativos	0	0		0 -	-		0
	Sub total		15167	15167	0%	5671	3.9%	37.4%	8017
24	Presidência da República	Fundo FCTL (DO + Receitas própr	6800	6800	0%	2916	2.0%	42.9%	4085
		Donativos	0	0		0 -	-		0
	Sub total		6800	6800	0%	2916	2.0%	42.9%	4085
25	PCIC	Fundo FCTL (DO + Receitas própr	1359	1359	0%	362	0.3%	26.6%	399
		Donativos	0	0		0 -	-		0
	Sub total		1359	1359	0%	362	0.3%	26.6%	399
26	SAMES	Fundo FCTL (DO + Receitas própr	5946	5946	0%	316	0.2%	5.3%	3158
		Donativos	0	0		0 -	-		0
	Sub total		5946	5946	0%	316	0.2%	5.3%	3158
27	SENAI	Fundo FCTL (DO + Receitas própr	163	163	0%	69	0.0%	42.3%	88
		Donativos	0	0		0 -	-		0
	Sub total		163	163	0%	69	0.0%	42.3%	88
28	SERVE	Fundo FCTL (DO + Receitas própr	802	802	0%	427	0.3%	53.2%	570
		Donativos	0	0		0 -	-		0
	Sub total		802	802	0%	427	0.3%	53.2%	570
29	SNI	Fundo FCTL (DO + Receitas própr	2702	2702	0%	738	0.5%	27.3%	1160
		Donativos	0	0		0 -	-		0
	Sub total		2702	2702	0%	738	0.5%	27.3%	1160
30	Tribunais	Fundo FCTL (DO + Receitas própr	3848	3848	0%	1379	1.0%	35.8%	2641
		Donativos	0	0		0 -	-		0
	Sub total		3848	3848	0%	1379	1.0%	35.8%	2641
31	UNTL	Fundo FCTL (DO + Receitas própr	11911	11911	0%	4780	3.3%	40.1%	6439
		Donativos	0	0		0 -	-		0
	Sub total		11911	11911	0%	4780	3.3%	40.1%	6439
32	Fundo Infra-estruturas	Fundo FCTL (DO + Receitas própr	286765	286765	0%	106924	73.9%	37.3%	184765
		Loans	107003	107003	0%	11482	7.9%	10.7%	77428
	Sub total		393768	393768	0%	118406	81.8%	30.1%	262193
Total Geral			480,032.00	480,032.00	0%	144,683.00	100%	30.1%	304,112.00

Fonte: Relatório de Execução do 2 Trimestre de 2016, OGE 2016



TRIBUNAL DE RECURSO
CAMARA DE CONTAS

Anexo 3 - Execução orçamental das despesas dos FSA do Primeiro ao Terceiro trimestre de 2016

USD'000

Item	Entidade Autónoma	Fundos	Orçamento aprovado	Orçamento Atual 3 T	Variação %	Execução despesa 3T	% peso	Tx. Execução	Total Despesas e compromissos
1	Agência Especializada de Investimento - AEI	Fundo FCTL (FP + Receitas próprias) Donativos	977 0	977 0	0% 0%	596 0	0.3% -	61.0% -	783 0
	Sub total		977	977	0%	596	0.3%	61.0%	783
2	Arquivo e Museu da Resistência Timorense - AMRT	Fundo FCTL (FP + Receitas próprias) Donativos	1376 0	1376 0	0% 0%	857 0	0.4% -	62.3% -	1234 0
	Sub total		1376	1376	0%	857	0.4%	62.3%	1234
3	Agência Nacional para Avaliação e Acreditação Académica - ANAAA	Fundo FCTL (FP + Receitas próprias) Donativos	197 0	197 0	0% 0%	107 0	0.0% -	54.3% -	148 0
	Sub total		197	197	0%	107	0.0%	54.3%	148
4	Agência reguladora das Comunicações - ANC	Fundo FCTL (FP + Receitas próprias) Donativos	838 0	838 0	0% 0%	524 0	0.2% -	62.5% -	665 0
	Sub total		838	838	0%	524	0.2%	62.5%	665
5	Administração dos Portos de Timor-Leste - APORTL	Fundo FCTL (FP + Receitas próprias) Donativos	2573 0	2573 0	0% 0%	878 0	0.4% -	34.1% -	839 0
	Sub total		2573	2573	0%	878	0.4%	34.1%	839
6	ANATL	Fundo FCTL (FP + Receitas próprias) Donativos	1068 0	1068 0	0% 0%	683 0	0.3% -	64.0% -	181 0
	Sub total		1068	1068	0%	683	0.3%	64.0%	181
7	Centro Bambu	Fundo FCTL (FP + Receitas próprias) Donativos	354 0	354 0	0% 0%	203 0	0.1% -	57.3% -	205 0
	Sub total		354	354	0%	203	0.1%	57.3%	205
8	CAC	Fundo FCTL (FP + Receitas próprias) Donativos	1566 0	1566 0	0% 0%	774 0	0.3% -	49.4% -	978 0
	Sub total		1566	1566	0%	774	0.3%	49.4%	978
9	CFP	Fundo FCTL (FP + Receitas próprias) Donativos	2202 0	2202 0	0% 0%	1372 0	0.6% -	62.3% -	1782 0
	Sub total		2202	2202	0%	1372	0.6%	62.3%	1782
10	CI	Fundo FCTL (FP + Receitas próprias) Donativos	700 0	700 0	0% 0%	88 0	0.0% -	12.6% -	335 0
	Sub total		700	700	0%	88	0.0%	12.6%	335
11	CNE	Fundo FCTL (FP + Receitas próprias) Donativos	8390 0	8390 0	0% 0%	7272 0	3.1% -	86.7% -	456 0
	Sub total		8390	8390	0%	7272	3.1%	86.7%	456
12	CNR	Fundo FCTL (FP + Receitas próprias) Donativos	691 0	691 0	0% 0%	465 0	0.2% -	67.3% -	83 0
	Sub total		691	691	0%	465	0.2%	67.3%	83
13	GFM	Fundo FCTL (FP + Receitas próprias) Donativos	500 0	500 0	0% 0%	301 0	0.1% -	60.2% -	103 0
	Sub total		500	500	0%	301	0.1%	60.2%	103
14	HNGV	Fundo FCTL (FP + Receitas próprias) Donativos	6260 0	6260 0	0% 0%	4094 0	1.7% -	65.4% -	4639 0
	Sub total		6260	6260	0%	4094	1.7%	65.4%	4639
15	IADE	Fundo FCTL (FP + Receitas próprias) Donativos	1277 0	1277 0	0% 0%	792 0	0.3% -	62.0% -	57 0
	Sub total		1277	1277	0%	792	0.3%	62.0%	57



TRIBUNAL DE RECURSO
CAMARA DE CONTAS

USD'000

Item	Entidade Autônoma	Fundos	Orçamento aprovado	Orçamento Atual 3 T	Variação %	Execução despesa 3T	% peso	Tx. Execução	Total Despesas e compromissos
16	IDN	Fundo FCTL (FP + Receitas própri	959	959	0%	560	0.2%	58.4%	694
		Donativos	0	0		0 -	-	-	0
	Sub total		959	959	0%	560	0.2%	58.4%	694
17	IGE	Fundo FCTL (FP + Receitas própri	840	840	0%	454	0.2%	54.0%	33
		Donativos	0	0		0 -	-	-	0
	Sub total		840	840	0%	454	0.2%	54.0%	33
18	INAP	Fundo FCTL (FP + Receitas própri	448	448	0%	242	0.1%	54.0%	23
		Donativos	0	0		0 -	-	-	0
	Sub total		448	448	0%	242	0.1%	54.0%	23
19	INS	Fundo FCTL (FP + Receitas própri	518	518	0%	286	0.1%	55.2%	33
		Donativos	0	0		0 -	-	-	0
	Sub total		518	518	0%	286	0.1%	55.2%	33
20	Laboratório Nacional	Fundo FCTL (FP + Receitas própri	504	504	0%	274	0.1%	54.4%	340
		Donativos	0	0		0 -	-	-	0
	Sub total		504	504	0%	274	0.1%	54.4%	340
21	PGR	Fundo FCTL (FP + Receitas própri	2942	2942	0%	1978	0.8%	67.2%	2314
		Donativos	0	0		0 -	-	-	0
	Sub total		2942	2942	0%	1978	0.8%	67.2%	2314
22	Instituto de Gestão de Equipamentos	Fundo FCTL (FP + Receitas própri	2386	2386	0%	786	0.3%	32.9%	1629
		Donativos	0	0		0 -	-	-	0
	Sub total		2386	2386	0%	786	0.3%	32.9%	1629
23	Parlamento Nacional	Fundo FCTL (FP + Receitas própri	15167	15167	0%	9220	3.9%	60.8%	10993
		Donativos	0	0		0 -	-	-	0
	Sub total		15167	15167	0%	9220	3.9%	60.8%	10993
24	Presidência da República	Fundo FCTL (FP + Receitas própri	6800	6800	0%	4572	1.9%	67.2%	5557
		Donativos	0	0		0 -	-	-	0
	Sub total		6800	6800	0%	4572	1.9%	67.2%	5557
25	PCIC	Fundo FCTL (FP + Receitas própri	1359	1359	0%	595	0.3%	43.8%	694
		Donativos	0	0		0 -	-	-	0
	Sub total		1359	1359	0%	595	0.3%	43.8%	694
26	SAMES	Fundo FCTL (FP + Receitas própri	5946	5946	0%	807	0.3%	13.6%	4658
		Donativos	0	0		0 -	-	-	0
	Sub total		5946	5946	0%	807	0.3%	13.6%	4658
27	SENAI	Fundo FCTL (FP + Receitas própri	163	163	0%	99	0.0%	60.7%	106
		Donativos	0	0		0 -	-	-	0
	Sub total		163	163	0%	99	0.0%	60.7%	106
28	SERVE	Fundo FCTL (FP + Receitas própri	802	802	0%	562	0.2%	70.1%	639
		Donativos	0	0		0 -	-	-	0
	Sub total		802	802	0%	562	0.2%	70.1%	639
29	SNI	Fundo FCTL (FP + Receitas própri	2702	2702	0%	1481	0.6%	54.8%	2101
		Donativos	0	0		0 -	-	-	0
	Sub total		2702	2702	0%	1481	0.6%	54.8%	2101
30	Tribunais	Fundo FCTL (FP + Receitas própri	3848	3848	0%	2294	1.0%	59.6%	599
		Donativos	0	0		0 -	-	-	0
	Sub total		3848	3848	0%	2294	1.0%	59.6%	599
31	UNTL	Fundo FCTL (FP + Receitas própri	11911	11911	0%	7643	3.2%	64.2%	8495
		Donativos	0	0		0 -	-	-	0
	Sub total		11911	11911	0%	7643	3.2%	64.2%	8495
32	Fundo Infra-estruturas	Fundo FCTL (FP + Receitas própri	286765	677470	58%	168465	71.6%	24.9%	292807
		Loans	107003	107003	0%	15921	6.8%	14.9%	81867
	Sub total		393768	784473	50%	184386	78.4%	23.5%	374674
Total Geral			480,032.00	870,737.00	45%	235,245.00	100%	27.0%	426,070.00

Fonte: Relatório de Execução do 3 Trimestre de 2016, OGE 2016



Gabinete do Ministro



No: 75 / VII/GM-MPF/ 2017-11

Dili, 22 de Novembro de 2017

Ex.^{mo} Senhor,
Dr. Deolindo dos Santos
Presidente do Tribunal de Recurso
República Democrática de Timor-Leste

*A Câmara de Contas
para os devidos efeitos.
24-11-2017
Dili, 24/11/17 AEL
Rao
22.09.20*

Assunto: Comentários ao Relatório de Acompanhamento da Execução Orçamental – do Primeiro até ao Terceiro Trimestre de 2016

Excelência,

No seguimento do V/ Ofício no. TR/CContas/2017/329, de 31 de Outubro do presente, e após análise do relatório em epígrafe, e utilizando o direito de contraditório, venho por este meio remeter, para sua apreciação, a opinião do Ministério das Finanças em relação às observações reportadas por parte da Câmara de Contas.

- 1. A taxa de execução da Receita, exeto empréstimos, foi de 42% ao final do terceiro trimestre, e não os 54% apresentados no relatório de execução Orçamental até ao Terceiro Trimestre de 2016, ref. Ponto 3.1.**

Durante 2016 o Orçamento Retificativo, aprovado no 3º Trimestre, aumentou o montante orçamentado anual em \$ 390 milhões de dólares, incluindo um aumento dos levantamentos do Fundo do Petróleo em igual montante.

Tendo em conta o aumento das transferências do Fundo do Petróleo e do Orçamento Retificativo de 2016 a taxa de execução da Receita foi de 42%.

Tendo como base o Orçamento Geral do Estado inicial de 2016 a taxa de execução da Receita foi de 54%.

No momento em que os *Crystal Reports* foram extraídos, no final do Terceiro Trimestre, para preparação dos relatórios de execução orçamental, os dados do Orçamento Retificativo não tinham ainda sido atualizados resultando, dessa forma, nas diferenças reportadas pela Câmara de Contas.

- 2. Persistiu um crescimento consistente das receitas domésticas ao longo dos três trimestres atingindo taxas de execução de 23%, 54% e 80%, respetivamente, ref. Ponto 3.1.1.**

O comentário efetuado no Relatório de Execução Orçamental tem como base a tendência indicada na Figura 4 do Sumário Executivo, a qual compara a cobrança de Receita para os três períodos fiscais de 2014 a 2016. Esta tendência demonstra a existência de um aumento consistente da cobrança nos três anos, existindo um ligeiro aumento em percentagem em 2016. O aumento da tendência é similar para os três anos. Esta foi a intenção da observação “um crescimento consistente das receitas domésticas”, ou seja, a tendência para os 3 anos até 2016 é similar mas não idêntica.

3. A execução da Receita de imposto corporativo ultrapassou largamente a previsão já no Segundo trimestre atingindo uma taxa de execução de 135% e de 154% ao final do terceiro trimestre, sem as devidas explicações nos Relatórios de execução orçamental, ref. Ponto 3.1.1.

A cobrança elevada do imposto de rendimentos a empresas nos Segundos e Terceiros Trimestres, está relacionado com um evento único em Junho de 2016, quando um único contribuinte pagou imposto de rendimento empresarial e penalidades no valor de \$ 4.3 milhões de dólares.

Pelo fato do contribuinte ter estado envolvido num projeto de execução de determinados projetos do Fundo de Infraestruturas, quando os pagamentos desses projetos foram efetuados, o valor mencionado foi deduzido antes dos pagamentos terem sido realizados ao contribuinte. O valor deduzido foi transferido para a conta da DGAT – a Autoridade Tributária – e corretamente reportados como Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas.

Devido a motivos de confidencialidade tributária, não é possível fornecer mais detalhes. No entanto, a informação relativa a esta situação encontra-se em anexo a esta carta.

4. As receitas registadas da sub-rubrica de receitas de outros empregados atingiram ao final do Segundo trimestre uma taxa de execução de 189%, à semelhança do que se vem verificando nos anos transatos, e uma taxa de execução elevada de 302% ao final do terceiro trimestre. Ou seja, o Ministério das Finanças não tem conseguido corrigir esta situação apesar de sucessivas recomendações do Tribunal, ref. Ponto 3.1.1.1.

Em 2015 após discussão entre a DN Orçamento, Unidade-IFMIS e a Unidade da Política Económica da DGSF e a DG Tesouro, ficou decidido que cada *Line Item* 5100 Empregados do Governo seria utilizado para o imposto de rendimento dos funcionários do Governo, incluindo contratados e pessoal temporário, ou seja, cobrança de impostos em que nenhum dinheiro seria transferido entre a execução do Orçamento do Governo a nível da folha de salários / bens & serviços e Receitas Governamentais e o registro seria via “Book Entry”.

De forma similar, nas situações em que impostos retidos aos funcionários do setor privado, depositados na conta designada do BNU, com o código do BNU de 5101 e transferidas para o Banco Central de Timor Leste (BCTL), serão classificados como “Outros Empregados”.

As percentagens de execução não são apenas um fator de impostos retidos e transferidos para as respetivas contas, mas são igualmente afetadas pelas estimativas orçamentais, incluídas no Orçamento do Estado.

5. Foram levantados o equivalente a 38,5% de verbas do Fundo Petrolífero previstas tendo as mesmas sido utilizadas para cobrir aproximadamente 73,9% de todas as despesas efetuadas até ao terceiro trimestre, ref. ponto 3.1.2.

A principal regra adotada pela Gestão do Dinheiro do Tesouro (*Treasury Cash Management*) é – manter apenas saldos mínimos necessários a objetivos operacionais do FCTL e de outras contas-chave do Governo no BCTL. O objetivo desta regra é otimizar os fundos reservados ao Orçamento de Estado,

mas retidos no Fundo do Petróleo até necessário. Esta situação permite que o Fundo do Petróleo obtenha uma melhor taxa de retorno.

A exceção a esta regra ocorre quando existe a possibilidade de Regime de Duodécimos no ano seguinte, pelo fato do Tesouro não ter como efetuar levantamentos do Fundo do Petróleo até que o Orçamento de Estado do ano seguinte seja promulgado. Nestas situações fundos adicionais para o ano seguinte são levantados antes do ano terminar.

No caso de existirem saldos elevados no final do ano, os levantamentos do Fundo do Petróleo são diferidos até que estes saldos sejam utilizados. Esta situação leva a que a execução orçamental, em momentos, exceda os levantamentos do Fundo do Petróleo.

- 6. A sub-rubrica de Outros Serviços Diversos e a de outros Serviços Operacionais da categoria de Bens e serviços apresentaram valores estimados significativos, o que não vai ao encontro do princípio da especificação emanando no n.º 1 do artigo 7º da LOGF que diz que “o Orçamento do Estado deve especificar suficientemente as receitas nele previstas e as despesas nela fixadas, situação que persiste desde anos anteriores”, ref. ponto 3.2.1.1.**

Os *Line Item* Outros Serviços Diversos e Outros Serviços Operacionais existem para assegurar estimativas de custos que não se encontram alocados a outros *Line items*.

Durante o exercício de 2016-2017 a preparação do Orçamento de Estado, através dos modelos de custos, regulou a limitação através de um montante máximo de \$ 5.000, de forma a evitar irregularidades no planeamento e execução das despesas. A exceção a esta regra ocorre para os órgãos que tenham natureza do programa, o qual necessita de alocar montantes que excedem este limite.

Em 2017 deu-se início à estimação dos custos por programa e atividades (Program Budgeting – verificar Livro 2 do Orçamento). Desta forma, serão evitadas despesas supérfluas durante o período de execução e implementação.

- 7. A rubrica de despesa com Aquisição de Edifícios teve uma taxa de execução elevada de 433% a acrescer aos montantes comprometidos no total de 1.512 milhares de USD ao fim do trimestre, ou seja, sem cobertura orçamental na própria rubric, e se, se proceder às devidas alterações orçamentais, ref. Ponto 3.2.1.1.**

É um fato que o *Line Item* 8003 Aquisição de Edifícios tem uma taxa de execução quatro vezes superior ao orçamentado inicialmente. Existem também Compromissos e Obrigações que totalizam \$ 1.512.000.

Os custos de construção abrangem 90% dos custos incorridos no Terceiro Trimestre num total de \$ 775.000. Estes custos referem-se a:

- i) Reabilitação do edifício da ECTL: \$ 342.000
- ii) Reabilitação do Centro de Formação Regional RAEOA: \$ 112.000

- iii) Reabilitação do edifício Balide Central: \$ 103.000
- iv) Construção da Casa Kobe Ministério das Finanças: \$ 77.000
- v) Construção do Centro Regional de Formação de Viqueque: \$ 65.400

Deverá ter-se, igualmente, em atenção que o controlo orçamental é efetuado ao nível da Categoria e não do *Line Item*.

8. Regista-se um crescimento equilibrado da execução orçamental da Despesa do FCTL ao longo dos três trimestres, embora fraca até ao terceiro trimestre, derivado da fraca execução do Fundo de Infra-estruturas, ref. Ponto 3.2.1.2.

A natureza e o elevado custo dos projetos de infraestruturas resulta em hiatos entre a conceção do projeto, a submissão do concurso e o seu início. Adicionalmente, a maior parte dos projetos também contém uma quantidade de *milestones* onde os pagamentos (execução orçamental) são devidos. Como parte dos mecanismos de controlo implementados pelo Todo o Governo e linhas Ministeriais individuais, tal como a aprovação de contratos de elevado valor pela Câmara de Contas, realização de critérios técnicos e aprovação independente dos momentos de pagamento, leva a que a previsão do progresso da execução é difícil de ser realizada.

A baixa execução orçamental deve-se ao aumento de \$ 390,7 milhões em financiamento para o Fundo de Infraestruturas através do Orçamento Retificativo de 2016. Esta situação resultou num declínio da execução orçamental de 59%, utilizando os valores anteriores à retificação orçamental, para 25% tendo como base os valores após a retificação, mesmo que o valor absoluto da execução tenha aumentado.

9. O Programa de Tasi Mane do Fundo de Infra-estruturas foi executado a 82,6% até ao Segundo trimestre face ao orçamento original, ou seja, quase esgotado ao meio do ano, tendo resultado num aumento significativo da verba prevista por via de orçamento retificativo, ref. Ponto 3.2.1.3.

A alocação inicial para o Projeto Tasi Mane, anterior à retificação, era de \$ 71,6 milhões. No final do Segundo Trimestre, o total executado era de \$ 59,17 milhões, representando 82,6% de taxa de conclusão do projeto. Destes valores inclui-se a execução da Rodovia da Costa Sul tendo como base adiantamentos e pagamentos progressivos no montante de \$ 57,2 milhões. No entanto, o projeto desta rodovia necessitou de financiamento adicional de \$ 58,2 milhões pelo restante do ano fiscal de 2016.

10. Os Relatórios de Execução Orçamental intercalares não desagregam os gastos efetuados nos programas com recurso a desembolsos de cada financiador não permitindo a sua comparação face ao orçamento previsto, ref. Ponto 3.2.1.3.

Os Relatórios de Execução Orçamental Trimestral incluem uma secção que detalha todos os projetos de infraestruturas de forma individual. O Relatório do Terceiro Trimestre detalha os projetos por financiador, nas páginas 703 a 705.

- 11. A execução global das despesas do FI até Setembro atingiu apenas os 24,9% face ao orçamento retificativo, ou seja muito baixo, à semelhança do verificado ao terceiro trimestre de 2015 (26%), podendo conduzir a pagamentos elevados concentrados no ultimo trimestre do ano, ref. Ponto 3.2.1.3.**

A resposta a esta observação é igual à da observação 8.

Adicionalmente ao aumento do orçamento do Fundo de Infraestruturas, após a retificação, o qual causou a redução da taxa de execução devido à alteração da base de cálculo, ocorreu um número elevado de pagamentos de grande valor que poderão apenas ser finalizados no Quarto Trimestre, tais como o projeto do Porto Tibar Bay, quando o enquadramento jurídico e as aprovações Ministeriais foram apenas recebidas no final do ano. Outros projetos de elevado valor também seguem um padrão similar onde o Fundo de Infraestruturas apenas recebe os pedidos de pagamento e as aprovações das Linhas Ministeriais e da Agência de Desenvolvimento Nacional-ADN a caminho do fim do ano.

- 12. Em 2016, a RTTL deixou de ser incluída nas contas passando a constar apenas as verbas de transferências efetuadas à mesma, ref. Ponto 3.4.1.**

Apesar da lei que criou a RTTL como uma empresa pública ter sido promulgada através da Lei n.º 42/2008, a RTTL apenas exerceu o direito ao controlo independente das suas receitas em 2016. Consequentemente, nenhuma receita foram incluídas para a RTTL em 2016 apesar do suporte orçamental ter sido fornecido através do Secretária de Estado da Comunicação Social.

- 13. Para a cobertura das despesas necessárias ao longo dos trimestres foram utilizados verbas de reservas de dinheiro em caixa, apesar de não estabelecido no OGE, ref. Ponto 3.4.2.**

As reservas de caixa do Tesouro no final de cada ano são estimadas em cerca de \$ 200 milhões. Esta é a estimativa fornecida anualmente à DN Orçamento para cada preparação orçamental.

Pelo fato de não existirem alterações às estimativas dos saldos de caixa orçamentais de um ano para o outro, nos cálculos dos fluxos de caixa orçamentais não são consideradas as reservas de caixa para atingir as necessidades de financiamento do Orçamento de Estado.

Em termos práticos, o saldo de caixa no final de cada ano é mantido a baixo dos \$ 200 milhões sempre que possível. Devido à monitorização dos saldos de caixa do Tesouro em Novembro e Dezembro, bem como ao fato de existir uma baixa execução em Janeiro do ano seguinte, o objetivo mínimo é alcançado.

Tal como indicado na Observação 5, a exceção à situação acima mencionada ocorre quando os fundos excedentes são solicitados antes do final do ano de forma a atingir as necessidades ao abrigo do Regime de Duodécimos.

Em 2016, no início do ano, devido aos elevados saldos de caixa, estas verbas foram utilizadas antes que as deduções do Fundo do Petróleo fossem realizadas no Orçamento de 2016. No entanto, quando o

Orçamento do estado de 2016 foi preparado, pelo fato do Regime de Duodécimos não ser possível de previsão, a utilização das reservas de caixa não puderam ser incluídas nas estimativas.

14. A receita consolidada, exceto reservas de dinheiro, atingiu os 797.589 milhares de USD e a Despesa consolidada dos Serviços Simples, FSA e Fundo Especial; DFCH atingiu os 925.457 milhares de USD até ao terceiro trimestre, pelo que cerca de 14% das despesas efetuados foram cobertos com recurs a reservas de dinheiro, ref. Ponto 3.4.2.

As circunstâncias pelas quais os saldos de caixa no início do ano foram usados encontram-se detalhadas nas Observações 5 e 13.

Adicionalmente ao fato desta utilização não poder ser previsto, o ponto crítico a considerar é se o Tesouro tivesse retido de forma desnecessária elevados saldos em qualquer momento do ano, poderia traduzir-se na adoção de práticas ineficientes de Gestão de Caixa por parte do Tesouro.

Até ao momento nenhuma situação dessas ocorreu. Em muitos casos o Tesouro tem sido muito vigilante na limitação das posições de caixa a todo o momento, especialmente no final do ano.

Sem mais assunto de momento, aceite Sua Excelência, os protestos da minha mais elevada consideração e estima.



Rui A. Gomes
Ministro